



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

DAYANE RODRIGUES LOPES

**APROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO DA
URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: UM ESTUDO ACERCA DE TERRITÓRIOS DO RIO
OLÍMPICO**

OURO PRETO

2026

DAYANE RODRIGUES LOPES

**APROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO DA
URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: UM ESTUDO ACERCA DE TERRITÓRIOS DO RIO
OLÍMPICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de turismo da Universidade Federal
de Ouro Preto, como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Turismo.

Orientador: Me. Marcelo Viana Ramos

OURO PRETO

2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dayane Rodrigues Lopes

Apropriação e mercantilização do espaço no contexto da Urbanização Turística: Um estudo acerca de territórios do Rio Olímpico

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 23 de julho de 2026

Membros da banca

(Orientador) Prof. Me. Marcelo Viana Ramos

Prof. Dr. Bruno Pereira

Profa. Dra. Thays Regina Rodrigues Pinho

Prof. Me. Marcelo Viana Ramos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28 de julho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Viana Ramos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/07/2026, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1148832** e o código CRC **5B96E19D**.

AGRADECIMENTOS

Uma jornada tão importante e intensa quanto esta não se constrói sozinha. Foi extremamente importante ter com quem contar e, por esse motivo, dedico este espaço para agradecer a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha caminhada acadêmica, em especial:

À minha família, especialmente à minha mãe e ao meu pai, por terem incentivado minha educação desde a infância. Desde quando aprendi a escrever, a ler e a fazer os primeiros exercícios escolares até quando, já mais velha, soube trilhar meus próprios passos e decidi percorrê-los em Ouro Preto. Obrigada por todo o apoio.

Ao meu irmão, que, mesmo muito novo, sempre foi um motivo para que eu buscasse ir além e alcançasse os meus objetivos. Espero também ser um incentivo para que você trilhe o seu próprio caminho no futuro.

À minha avó Adelaide (in memoriam), que sempre foi uma mulher forte e uma referência de amor para mim. Onde quer que esteja, no céu, nas estrelas ou até mesmo em outra vida, sei que está orgulhosa de mim.

Ao meu avô Zé e à minha avó Erci, que estão sempre torcendo por mim e que sempre me recebem com tanto carinho. Obrigada por todas as orações, pelo cuidado e por desejarem sempre o meu melhor.

À Camila, minha namorada, que me incentiva em tudo, segura minha mão sempre que preciso, me apoia e está ao meu lado em todos os momentos. Obrigada por ser lar. O melhor encontro que Ouro Preto me proporcionou.

Aos meus professores do ensino básico e médio, sem eles nada disso seria possível. Aos meus professores da graduação, pelos quais tenho muita admiração e que me apresentaram as diversas possibilidades de atuação no turismo.

Ao meu orientador, Professor Marcelo Ramos, por ter despertado meu interesse por temáticas que resultaram neste Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço também pela orientação, pelas sugestões e pelo acompanhamento durante toda a pesquisa.

À República Favinho de Mel, que, por dois anos, foi meu lar em Ouro Preto, onde construí amizades e vivi momentos inesquecíveis. Em especial, agradeço à Beatriz (Talentu), Clarissa (K-traca), Isabela (Clixê), Diovanna (Spock) e às ex-alunas com quem tive maior proximidade, que estiveram presentes não apenas nos momentos de alegria, mas também quando tudo parecia confuso. Vocês tornaram essa trajetória mais leve e, mesmo quando ela pesou, foram meu apoio.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e ao curso de turismo pelo ensino de qualidade que contribuiu significativamente para minha trajetória acadêmica e pessoal.



Foto: Parque Olímpico do Rio de Janeiro, André Motta (2016)



Praça Mauá com o Museu do Amanhã, ao fundo, Porto Maravilha.

Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo (2015)

“Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras”.

(Milton Santos)

RESUMO

Esta pesquisa analisa os processos de urbanização turística e de apropriação capitalista do espaço urbano no contexto da preparação do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016. O objetivo geral consiste em analisar como a preparação para o megaevento contribuiu para a mercantilização e a reestruturação socioespacial dos territórios do Rio Olímpico, com ênfase na valorização e na especulação imobiliária. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de casos múltiplos. Os estudos de caso compreenderam os territórios da Barra da Tijuca e do Porto Maravilha. Na Barra da Tijuca, a análise concentrou-se no Parque Olímpico e na Vila Autódromo. No Porto Maravilha, investigaram-se os processos de requalificação urbana, contemplando também o Boulevard Olímpico. Como referencial analítico, adotou-se a tríade proposta por Lefebvre (2000). Considerando os objetivos da pesquisa, a análise fundamentou-se nas categorias espaço concebido e espaço vivido, por serem as que melhor permitem compreender as relações entre o planejamento urbano, a mercantilização do espaço e as vivências das populações afetadas. Os resultados evidenciam que as intervenções urbanas realizadas para os Jogos Olímpicos de 2016 foram orientadas por um modelo de urbanização voltado à valorização imobiliária, à atração de investimentos e à mercantilização do espaço, produzindo impactos sobre os territórios e as populações locais. Conclui-se que o chamado legado olímpico se materializou de forma desigual e seletiva, privilegiando determinados agentes econômicos em detrimento das comunidades afetadas, aprofundando processos de segregação socioespacial e reforçando a necessidade de um planejamento urbano e turístico comprometido com o desenvolvimento local, a participação social e o direito à cidade.

Palavras-chave: Urbanização turística; produção do espaço; mercantilização do espaço; megaeventos esportivos; segregação socioespacial.

ABSTRACT

This study analyzes the processes of tourism urbanization and the capitalist appropriation of urban space in the context of Rio de Janeiro's preparation for the 2016 Olympic Games. The main objective is to examine how the preparation for the mega-event contributed to the commodification and socio-spatial restructuring of the territories of the Olympic Rio, with an emphasis on real estate appreciation and speculation. Methodologically, this is a qualitative and exploratory study, developed through bibliographical research, documentary research, and a multiple case study approach. The case studies comprised the territories of Barra da Tijuca and Porto Maravilha. In Barra da Tijuca, the analysis focused on the Olympic Park and Vila Autódromo. In Porto Maravilha, the processes of urban redevelopment were investigated, also encompassing the Olympic Boulevard. As an analytical framework, Lefebvre's (2000) spatial triad was adopted. Considering the objectives of the research, the analysis was based on the categories of conceived space and lived space, as they best support the understanding of the relationships between urban planning, the commodification of space, and the lived experiences of the affected populations. The findings indicate that the urban interventions carried out for the 2016 Olympic Games were guided by a model of urbanization oriented toward real estate appreciation, investment attraction, and the commodification of space, generating impacts on the territories and local populations. It is concluded that the so-called Olympic legacy materialized in an unequal and selective manner, privileging specific economic actors to the detriment of affected communities, deepening socio-spatial segregation processes, and reinforcing the need for urban and tourism planning committed to local development, social participation, and the right to the city.

Keywords: Tourism urbanization; Production of space; Commodification of space; Sports mega-events; Socio-spatial segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Manifestação em Barcelona	12
Figura 2- Parque olímpico de Barcelona	14
Figura 3- Condomínio fechado na Avenida Maestro Lisboa, Alphaville Fortaleza	18
Figura 4- Pelourinho restaurado para turismo	24
Figura 5- Regiões de jogos das Olimpíadas de 2016	32
Figura 6- Publicidade imobiliária vinculada ao Porto Maravilha	34
Figura 7- Publicidade de empreendimento imobiliário no Porto Maravilha	35
Figura 8- Publicidade imobiliária do empreendimento Ilha Pura na Barra Olímpica	35
Figura 9- Representação publicitária do bairro planejado Ilha Pura na Barra da Tijuca	36
Figura 10- Protesto contra as remoções	39
Figura 11- Manifestação contra as remoções	39
Figura 12- Vila Autódromo	41
Figura 13- Demolição na Vila Harmonia	41
Figura 14- Campanha da Coca-Cola para o Rio 2016: dezenas de atletas premiados nos comerciais e anúncios	44
Figura 15- Ilustração do Parque Olímpico	47
Figura 16- Localização da Barra Olímpica	47
Figura 17- Barra da Tijuca e bairros vizinhos	48
Figura 18- antes e depois parque radical de Deodoro	51
Figura 19- Parque Olímpico	51
Figura 20- Maracanã	52
Figura 21- Empreendimento Ilha Pura	54
Figura 22- Área delimitada do Porto Maravilha	57
Figura 23- Localização estratégica Porto Maravilha	58
Figura 24- Ilustração do Boulevard Olímpico	61
Figura 25- Boulevard Olímpico	61
Figura 26- Antes e depois Vila Autódromo	66
Figura 27- Penha de muitas faces	72
Figura 28- Doce infância	73
Figura 29- Vila de todos os santos	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção, por comunidade, 2015.....	40
Tabela 2- Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015	49

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Matriz de responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015	50
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO	4
1.1 A produção capitalista do espaço urbano no contexto do turismo	4
1.2 As relações entre turismo e apropriação do espaço	9
1.2.1 Um olhar sobre o contexto global	11
1.3 Impactos da urbanização turística e a mercantilização do espaço	15
1.3.1 Múltiplas faces da urbanização turística	19
1.3.2 Mercantilização do espaço no contexto do turismo.....	22
1.4 Urbanização turística e territorialidades urbanas	25
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3. TERRITORIALIDADES, APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO RIO OLÍMPICO	30
3.1 O Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016	30
3.1.1 Aspectos mercadológicos – O planejamento urbano na perspectiva da apropriação espacial, o contexto da gentrificação	33
3.2 O território urbano da Barra da Tijuca e o Parque Olímpico	46
3.2.1 Acerca da apropriação espacial e o contexto da gentrificação	52
3.3 Reconfiguração urbana na zona portuária do Rio de Janeiro: o Projeto Porto Maravilha e o Boulevard Olímpico	56
3.3.1 Apropriação do espaço urbano, gentrificação e especulação imobiliária na zona portuária.....	62
4. APROPRIAÇÃO ESPACIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	65
4.1 Reflexões sobre o mito do legado após os Jogos olímpicos de 2016.....	65
4.2 Segregação socioespacial e impactos culturais das remoções	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	78

INTRODUÇÃO

A urbanização turística constitui um fenômeno relevante para compreender as transformações ocorridas nas cidades contemporâneas, especialmente quando articulada à realização de megaeventos esportivos. Inserida na lógica neoliberal da produção do espaço urbano, ela promove intervenções que ultrapassam alterações na infraestrutura, influenciando as dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e culturais das populações locais. Nesse contexto, torna-se necessário analisar criticamente tais processos, contribuindo para o debate acerca do planejamento urbano, do turismo e do direito à cidade.

Além disso, a motivação para a escolha do presente tema, envolvendo turismo, urbanização e mercantilização, bem como do objeto de estudo, as territorialidades no contexto da urbanização turística, surgiu a partir de inquietações construídas ao longo da graduação em Turismo, quando os debates sobre as consequências negativas do turismo para as populações locais passaram a despertar maior interesse e reflexão crítica.

Esse interesse foi aprofundado durante as disciplinas de Evolução Urbana e Turismo e Produção do Espaço, nas quais tive contato com conceitos fundamentais para a compreensão crítica da relação entre turismo e urbanização. Uma experiência relevante foi a visita técnica ao Rio de Janeiro, especialmente à região do Parque Olímpico e da Vila Autódromo. A vivência direta com relatos de pessoas da comunidade sobre as remoções forçadas e as contradições visíveis naquele espaço consolidou meu desejo de aprofundar essa temática, resultando neste Trabalho de Conclusão de Curso.

A realização dos Jogos Olímpicos é acompanhada por grandes investimentos em infraestrutura urbana e pela promessa de desenvolvimento, modernização e projeção internacional das cidades-sede. No contexto do turismo, o megaevento amplia a circulação de visitantes e fortalece a imagem do destino em escala global. Entretanto, as transformações urbanas realizadas para atender ao evento também podem produzir impactos negativos sobre os territórios e as populações locais, especialmente quando orientadas pela lógica da valorização imobiliária e da mercantilização do espaço.

No caso do Rio de Janeiro, sede dos Jogos de 2016 e foco deste estudo, houve contradições significativas nos processos de urbanização realizados nos territórios olímpicos. Diante disso, este trabalho propõe-se a refletir sobre os seguintes questionamentos:

De que forma a urbanização turística atua sobre os territórios e quais impactos desencadeia?

Como os processos de urbanização turística durante a preparação do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 podem ter contribuído para a mercantilização e a reestruturação socioespacial dos territórios (urbanos) olímpicos, e quais impactos socioespaciais esses processos provocaram?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os processos de urbanização turística e a apropriação capitalista do espaço urbano, evidenciando seus impactos socioespaciais nos territórios (urbanos) olímpicos do Rio de Janeiro, com ênfase na mercantilização do espaço no contexto da preparação para o megaevento, em especial no que tange à valorização e à especulação imobiliária decorrentes desse processo.

A fim de alcançar o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: inicialmente, identificar de que forma os processos de urbanização turística promovem a apropriação dos espaços, analisando o histórico do seu papel no processo de mercantilização do espaço urbano e seus desdobramentos, como especulação imobiliária, gentrificação e impactos culturais. Em seguida, investigar como ocorreu a apropriação espacial nos territórios olímpicos do Rio de Janeiro durante os Jogos de 2016. Por fim, evidenciar os impactos sociais decorrentes desse processo de transformação urbana, com ênfase nas consequências para as comunidades afetadas.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e de caráter exploratório. Como procedimentos metodológicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de casos múltiplos, tendo como instrumento de análise a tríade proposta por Lefebvre (2000), concentrando-se nas categorias espaço concebido e espaço vivido.

O primeiro capítulo aborda um panorama geral da urbanização turística e da apropriação capitalista do espaço, contextualizando historicamente a relação entre urbanização, turismo e apropriação espacial. Em seguida, aborda a urbanização

turística em escala global, discutindo os impactos desse modelo urbanístico, com ênfase na mercantilização do espaço. Por fim, são apresentadas reflexões acerca das múltiplas dimensões da urbanização turística.

O segundo capítulo contém os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo sua natureza, abordagem, objetivos, procedimentos técnicos e o referencial utilizado para a análise dos materiais bibliográficos, documentais e do estudo de caso.

O terceiro capítulo é uma análise dos processos de transformação socioespacial ocorridos nos territórios do Rio Olímpico, com destaque para a Barra da Tijuca e o Porto Maravilha, evidenciando os processos de apropriação espacial, valorização imobiliária e reconfiguração urbana.

Por fim, o quarto capítulo é uma discussão sobre os desdobramentos dessas transformações, problematizando o chamado legado olímpico e analisando seus impactos sobre as comunidades locais, especialmente no que se refere à segregação socioespacial, às remoções e aos impactos culturais decorrentes desse processo.

1. A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Neste capítulo discutimos a relação entre turismo e espaço urbano a partir da perspectiva da produção capitalista do território. O capítulo está estruturado em quatro eixos principais: inicialmente, apresenta-se a produção capitalista do espaço urbano e o papel do turismo nesse processo; em seguida, explora-se a apropriação do espaço pelo turismo e suas dimensões simbólicas, econômicas e sociais, incluindo exemplos internacionais de reconfigurações urbanas. Posteriormente, discutem-se os impactos da urbanização turística e da mercantilização do espaço, evidenciando contradições, desigualdades socioespaciais e múltiplas formas de apropriação. Por fim, aborda-se a relação entre urbanização turística e territorialidades urbanas, permitindo compreender como as transformações promovidas pelo turismo reestruturam o uso, o controle e a vivência dos espaços urbanos.

1.1 A produção capitalista do espaço urbano no contexto do turismo

O ser humano usufrui dos diversos espaços para o lazer, trabalho, moradia e todas as outras atividades que fazem parte do seu cotidiano, sendo assim, há uma interação entre o homem e o meio em que ele vive, sendo este meio, segundo Lefebvre (2000) produto social que impõe a lógica da produção e da troca sobre o valor de uso e a experiência vivida, resultando na homogeneidade e fragmentação dos diversos espaços cotidianos. Essa interpretação é complementada por Paiva (2013), que enfatiza que a produção do espaço resulta da interação entre diferentes práticas sociais.

Nesse sentido, de acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, pois cada parte mantém uma relação com as demais, seja por meio de fluxo de carros e de pessoas no cotidiano ou por meio de deslocamentos de suas residências a outras áreas...

Ademais, o autor argumenta que a articulação também se manifesta no modo de produção capitalista:

No capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia. Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos (Corrêa, 1989, p.8).

Além disso, a produção do espaço envolve a transformação do seu uso impulsionado por interesses de capital financeiro, conforme Vasconcelos e Silva:

O espaço urbano e seu processo de produção não ocorre de forma isolada, é um fenômeno global. Com a aprimoração das mais variadas formas de avanços das técnicas de produção, sendo mais específico, a industrial, diversas e intensas mudanças vêm ocorrendo no meio urbano e em seus grupos sociais, alterando a dinâmica da cidade, ecoando sobre a estrutura das cidades, o cotidiano da sociedade, bem como na negociação do solo urbano (Vasconcelos; Silva, 2023, p.45).

As alterações da morfologia urbana e social modificam as dinâmicas das cidades, além de colocarem o solo como um negócio, o que podemos chamar também de mercantilização do espaço. Para Corrêa (1989), o espaço urbano na fase atual do capitalismo é desigual e causa segregação socioespacial, pois visa o lucro. Nesse viés, há diversos agentes importantes envolvidos nas ações de transformações do espaço, Vasconcelos e Silva (2023, p. 46) afirmam que o “fator determinante e de destaque para a produção e uso do solo são os detentores dos meios de produção, estes são os que promovem e utilizam grandes quantias de espaços, esses retêm, parcelam, valorizam, definem e especulam”, configurando transformações no espaço urbano que desencadeiam em segregação, pois ao visar somente os aspectos de benefícios econômicos, ignoram os fatores sociais.

Essa perspectiva dialoga com os autores Vasconcelos e Silva (2023), que compreendem que o espaço urbano capitalista possui os grupos dominantes que intensificam a segregação socioespacial, visando apenas ao lucro máximo, sendo esses os detentores do capital. Esses fatores geram impactos negativos principalmente para pessoas que não fazem parte de grupos sociais privilegiados. Em contrapartida, ao analisar os aspectos sociais do espaço, Pesavento (2008) faz considerações importantes argumentando que as cidades possuem pontos de ancoragem da memória, lugares onde as experiências são vividas, que são dotados de significados e configuram um território ao integrar sentidos e serem apropriados pelo social. No entanto, ao segregar o espaço e ao transformar as dinâmicas socioespaciais dos locais, essas transformações põem em risco a continuidade das

comunidades nos locais onde vivem e, assim, não se removem apenas moradias; se remove também algo simbólico que, dentro das comunidades, está diretamente relacionado ao espaço em que essas pessoas vivem, conforme aponta Pesavento (2008).

Nesse contexto se insere também o turismo que, conforme destaca Coriolano (2006, p. 368), “é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas”. Ademais, Vasconcelos e Silva (2023) destacam que o Estado possui o dever de intermediar os diversos conflitos e interesses dos diversos agentes de produção do espaço; no entanto, sobrepõe-se às vontades dos detentores de capital.

Sendo assim, corrobora-se com o fato de que quando ocorrem intervenções urbanísticas que proporcionem melhoria e valorização de determinada área urbana é quase que inevitável que ocorra segregação da população mais pobre, afastando-a para áreas cada vez mais distantes e desprovidas de infraestrutura básica. Com as melhorias propostas nos espaços urbanos, a camada mais pobre da população acaba por ser substituída por grupos com maior poder de renda, que é quem acaba por se beneficiar das melhorias e reestruturações feitas, acarretando em grande desigualdade socioespacial e má distribuição da terra urbana (Vasconcelos; Silva, 2023, p.51).

Nesse cenário de transformações urbanas sob a lógica da produção capitalista do espaço, o turismo se destaca como um vetor de valorização e reestruturação territorial. Embora muitas vezes associado ao lazer, ele ultrapassa essa dimensão para se configurar como um agente de transformação socioeconômica e espacial, frequentemente utilizado para justificar intervenções e reconfigurações no espaço urbano. Como afirma Coriolano (2006, p. 368):

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito.

Nesse sentido, atua também na produção do espaço urbano, no qual se articula ao capital imobiliário, ao Estado, às empresas privadas e a outros diversos agentes que fazem parte desse processo.

Essa espacialização refere-se ao conjunto de processos que reestruturam o espaço urbano, envolvendo a produção de novos usos e significados para o território. Assim, o turismo atua não apenas sobre o espaço físico, mas também sobre as relações sociais e econômicas de um território, provocando deslocamentos, exclusões e disputas, como ressalta Coriolano (2006, p.368): “compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito”.

O turismo, inserido na relação entre produção do espaço e capitalismo, revela-se como um fenômeno multifacetado e contraditório. Ele é, ao mesmo tempo, um lugar de estratégias do capital e de resistências cotidianas das populações locais (Coriolano, 2006).

Dessa forma, o turismo se configura como uma atividade que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios. Inserido na dinâmica da acumulação capitalista, ele responde às crises globais e ampliadas do capital mundial, com o Estado em favor do mercado, mesmo que a sociedade civil descubra estratégias para se beneficiar economicamente com ele ou por meio dele (Coriolano, 2006).

A inserção do turismo nas dinâmicas urbanas não ocorre de maneira neutra. Ao contrário, ele se estrutura a partir de relações de poder que reproduzem desigualdades já presentes no espaço urbano. Como aponta Coriolano (2006), essa atividade atinge até mesmo territórios periféricos e populações empobrecidas, que, em vez de se beneficiarem diretamente com o lazer proporcionado, tornam-se força de trabalho na prestação de serviços turísticos, revelando a persistência da desigualdade e da exclusão social sob a lógica capitalista. Esse processo é aprofundado pelas práticas políticas orientadas por um ideário neoliberal, que molda o papel do Estado e as diretrizes das políticas públicas voltadas ao setor, o qual discute Paiva (2013, p. 132):

No âmbito das práticas políticas, sofre influências do ideário neoliberal nas políticas públicas específicas do setor, concebidas para favorecer os fluxos da atividade em escala global, criando assimetrias de poder entre diversos agentes (Estado, turistas, residentes). A relação entre o turismo e as práticas políticas tem como ponto de interseção a incidência das novas atribuições do Estado no processo de acumulação, marcadas principalmente pelo planejamento estratégico, que direciona políticas públicas que favorecem a atuação do mercado, que se direciona para a produtividade e a

competitividade espacial, sendo o turismo uma das principais atividades nesse processo.

Além de estar aliado ao ideário neoliberal, o turismo também se insere como parte integrante das dinâmicas econômicas globais. A atividade turística envolve uma cadeia complexa de produção, consumo e distribuição de bens e serviços. Nesse contexto, o espaço urbano, mais do que um local para a realização do turismo, torna-se ele próprio uma mercadoria a ser produzida e consumida. Como destaca Paiva (2013, p. 131):

A produção, o consumo e a distribuição verificada na atividade turística são visíveis, em um primeiro momento, na diversidade de bens, mercadorias e serviços, procedentes de diversos setores, que servem ao turismo (alimentação, transportes, hotelaria, cultura, artesanato, suSalirLavenires, entre outros). Por outro lado, como o suporte espacial é imprescindível para o turismo, as práticas econômicas de produção, consumo e distribuição se verificam na transformação do espaço, que passa a ser produzido e consumido como mercadoria.

Por fim, é importante observar que a atividade turística depende diretamente do espaço, que passa a ser produzido e consumido de maneira estratégica. As contribuições de Paiva (2013) e Coriolano (2006) convergem ao demonstrar que a urbanização turística se estrutura segundo a lógica da produção capitalista do espaço, transformando-o em mercadoria e intensificando desigualdades.

Conforme apresentado, compreende-se que o turismo se insere como parte das estratégias da lógica capitalista de produção do espaço urbano, modificando seus espaços de interesse para atender às demandas do consumo e da valorização econômica. A atividade turística transforma as dinâmicas urbanas ao articular diferentes setores econômicos e orientar a organização das cidades segundo os valores do mercado. Essas transformações, embora presentes na ideia de desenvolvimento, evidenciam desigualdades e acarretam novas relações da sociedade civil com o espaço. Dessa forma, essas transformações impactam não apenas a produção do espaço, mas também os modos de uso, controle e vivência do ambiente urbano.

1.2 As relações entre turismo e apropriação do espaço

Na produção do espaço urbano, o turismo atua como vetor de transformação articulado aos interesses do capital; no campo da apropriação, essas tensões se aprofundam. Conforme apresentado na seção 1.1 deste trabalho, o turismo redefine usos, sentidos e acessos aos espaços, muitas vezes subordinando práticas cotidianas e formas de vida locais à lógica do consumo.

As discussões apresentadas por Corrêa (1989), Paiva (2013) e Coriolano (2006) permitem compreender que a apropriação do espaço pelo turismo não ocorre apenas em sua dimensão material, mas também nas relações sociais e simbólicas, perspectiva aprofundada por Lefebvre (2000) sobre o espaço social, que distingue o espaço percebido, o concebido e o vivido. De acordo com o autor, “a tríade: percebido-concebido-vivido... é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o 'sujeito' possa passar de um ao outro sem aí se perder”. Essa perspectiva, aplicada ao contexto do turismo, mostra que o fenômeno vai além do uso físico ou econômico dos lugares, atuando também sobre sentidos, narrativas e valores simbólicos. Assim, experiências e imaginários são transformados em mercadoria, enquanto a lógica econômica e o planejamento convertem esses valores simbólicos em valor de troca, estruturando e segmentando o espaço. Dessa forma, a ação do turismo manifesta a tensão entre o simbólico vivido e o concebido, evidenciando como os lugares são apropriados, transformados e mercantilizados.

Trata-se portanto de pensar a partir de uma lógica na qual cada categoria representa uma determinada materialidade espacial, numa perspectiva que relaciona essas três categorias na seguinte associação, proposta por Lefebvre (2000): espaço concebido (a esfera do planejamento e dos projetos), o espaço vivido (a esfera da realidade como ela é verdadeiramente, ainda que apresente possíveis invisibilidades sócioespaciais) e por fim, o espaço percebido (cuja esfera abrange o modo como a sociedade enxerga a realidade, muitas vezes distorcendo seu real contexto, que pode estar marcado por imaginários produzidos na esfera da dimensão do espaço concebido), assim, forma-se uma trilogia na qual se conforma a realidade sócioespacial.

O espaço, então, passa a ser consumido não apenas por sua função ou estrutura, mas também por aquilo que representa: identidade, autenticidade,

pertencimento ou status. Como analisa Paiva (2013, p.133), “o espaço mercadoria do turismo não se explica apenas pelo valor de uso e de troca, mas cada vez mais pelo valor simbólico, que possibilita expressar valores culturais e sociais e a segmentação dos gostos”. Nesse sentido, Souza, Bahl e Kushano (2013) destacam que a apropriação promovida pelo turismo se diferencia por não transformar apenas estruturas físicas e concretas, mas também elementos simbólicos, imaginários e representações que passam a compor os atrativos turísticos.

Visto isso, a relação entre o homem e o turismo, no âmbito da apropriação do espaço, Souza, Bahl e Kushano (2013, p.329) fazem a seguinte afirmação:

A busca de compreensão da produção do espaço físico e geográfico e de sua relação com o fenômeno turístico traz à reflexão o fato de que o homem se apropria dos espaços e outras vezes os cria para atender às necessidades de lazer e de deslocamento inerentes ao turismo.

Ainda segundo os autores, para produzir, o que quer que seja, o homem precisa modificar o espaço para que ele seja útil às suas necessidades. Dessa forma, o espaço é apropriado e ressignificado, passando a ter utilidade de acordo com as necessidades de produção humana. Aplicando essa perspectiva ao turismo, Santos e Eliche (2013, p.656):

Enquanto atividade econômica, o turismo se encontra no bojo do empreendedorismo urbano que vê na atividade um aporte ao crescimento econômico escondido sob os aspectos ideológicos do desenvolvimento. Trata-se de uma estratégia urbana que, a partir da organização do espaço para transformação da cidade em lugar turístico, justifica a (re)produção do espaço levando em consideração a obtenção de lucros e a criação de espaços para usos específicos, neste caso: o lazer, para uma parcela restrita da população e para o turista. Nesta direção, o turismo como aporte ao desenvolvimento aparece impregnado de aspectos ideológicos e, portanto, limitado à construção de espaços desiguais, já que assentado em um sistema de mercado que tem em sua essência a produção de desigualdades.

Essas questões abordadas geram uma reflexão sobre a forma como o espaço é produzido e, nesse caso, especificamente, apropriado pelo turismo, de modo que deveria ser visado e planejado conforme as necessidades da vida local também, como abordam as autoras. Entretanto, mesmo que haja diferentes usos para esses espaços, o real dilema não está especificamente nesse sentido, mas sim na gestão pública que impõe os interesses de turistas acima dos valores dos moradores locais, o que faz

com que a perspectiva de consumo turístico prevaleça, em vez de um lazer público que inclua a todos (Santos e Eliche, 2013).

O espaço turístico é marcado por uma complexidade resultante das múltiplas relações sociais que nele se desenvolvem. Nesse âmbito, “lugares turísticos, em um primeiro olhar, podem ser definidos como lugares de lazer para uns, de trabalho para outros e da vida cotidiana para outros ainda” (Santos e Eliche, 2013, p.661). O espaço pode ser compreendido como social, já que nele ocorrem processos dialéticos: de um lado, o turismo, orientado por interesses econômicos de empresários, do Estado e dos turistas, transforma o espaço segundo esses objetivos; de outro, as práticas e relações cotidianas da população local continuam a existir de forma independente do fenômeno turístico, evidenciando diferentes formas de apropriação e uso do mesmo território (Souza, Bahl e Kushano, 2013).

1.2.1 Um olhar sobre o contexto global

A apropriação do espaço pelo turismo não se limita ao contexto brasileiro, sendo possível identificar a mesma problemática em diferentes cidades do mundo. Os Jogos Olímpicos, por exemplo, têm servido como justificativa para profundas reconfigurações urbanas em diversas sedes. Em Londres (2012), o megaevento impulsionou um amplo processo de revitalização da zona leste da cidade, sobretudo em Stratford, onde foi construído o Parque Olímpico. Conforme apontam Valdés, Fernández e Benítez (2024), a intervenção urbanística resultou na valorização imobiliária e em processos de gentrificação, com o deslocamento de populações de baixa renda para dar lugar a novos empreendimentos residenciais e turísticos.

Outro caso de grande repercussão é o de Barcelona, na Espanha. Segundo Zaar e Fonseca (2019, p. 492, tradução própria):

Um dos maiores legados dos Jogos Olímpicos de 1992 foi, sem dúvida, a consolidação da cidade de Barcelona como centro turístico. Em 1989, foi implementado o primeiro Plano Estratégico, com o objetivo de planejar e executar as obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos. Esse plano incluiu a abertura de grandes avenidas e a remodelação de bairros, como Montjuic e Poble Nou, sendo que a porção litorânea deste último deu origem à Vila Olímpica.¹

¹ “Uno de los mayores legados de los Juegos Olímpicos de 1992, ha sido, sin duda, la consolidación de la ciudad de Barcelona como centro turístico. En 1989 se puso en marcha el primer Plan Estratégico,

De acordo com as autoras, o turismo atual em Barcelona ainda reflete os impactos das Olimpíadas de 1992, uma vez que o evento consolidou a cidade como destino turístico global, apoiado em intervenções e modificações urbanas que transformaram o espaço para atender às demandas do evento e da chegada massiva de visitantes que até os dias atuais afetam a vida dos moradores locais (FIG.1).

Além disso, no período pós-olímpico, Barcelona estruturou políticas voltadas à consolidação de sua imagem como destino global. Esse processo incluiu a realização de megaprojetos urbanísticos que alteraram significativamente a morfologia da cidade e também implementou estratégias de divulgação turística que diversificaram a oferta e atraíram diferentes perfis de visitantes (Zaar e Fonseca, 2019).

Figura 1- Manifestação em Barcelona



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cevy4plnp8zo> (2024)

Na imagem acima, manifestantes em Barcelona levantam faixas e cartazes com a frase “diminuição do turismo já”, lutando contra o turismo de massa que afeta a dinâmica da cidade.

Ainda segundo as autoras, as áreas menos urbanizadas passaram por projetos urbanos singulares, a fim de valorizar esses locais para impulsionar o capital imobiliário, a construção de hotéis, avenidas e edifícios. Esses projetos, como destacam Zaar e Fonseca (2019), evidenciam um planejamento urbano que privilegia

cuyo objetivo era el de planificar y ejecutar las obras de infraestructura para los Juegos Olímpicos. En él se incluyeron la abertura de grandes avenidas y la remodelación de barrios como el de Montjuic y de Poble Nou, éste último en su porción litoral que correspondió a la Vila Olímpica”.

os interesses de grupos específicos, como turistas e setores vinculados ao capital imobiliário, em detrimento de uma lógica urbana mais inclusiva, como a construção do Parque Olímpico de Barcelona (FIG.2).

Sob esse viés, Zaar e Fonseca (2019, p.494, tradução própria) refletem sobre os objetivos e formas pelos quais ocorrem os processos de modificação da morfologia urbana:

Com o objetivo de estimular a apropriação e a mercantilização do espaço urbano, são criados mecanismos baseados tanto na exploração e reinvenção de espaços já voltados ao turismo, quanto na inclusão de áreas que se encontram à margem dessa dinâmica e que, por isso, mantêm sua estrutura social e cultural. Estas últimas, devido à sua singularidade, são aquelas em que os agentes imobiliários podem obter maiores taxas de lucro.²

As autoras destacam que as áreas à margem dos espaços já apropriados pelo turismo passam a ser incluídas nesse processo de apropriação, pois possuem potencial para gerar lucros. Nesses locais, investe-se em infraestrutura para agregar “valor”. Contudo, esse valor não é distribuído igualmente: os residentes de baixa renda não se beneficiam e muitas vezes são deslocados, evidenciando que o processo de apropriação pelo turismo e pelo capital imobiliário reproduz desigualdade socioespacial. Como observa Zaar e Fonseca (2019, p.497, tradução própria):

O aumento nos preços de venda e de aluguel dos imóveis, juntamente com o substituição parcial dos moradores, realizada por meio da aquisição de residências e edifícios por investidores nacionais e estrangeiros, resulta na saída de residentes com baixa renda, que não conseguem arcar com aluguéis mais altos ou participar de projetos de reabilitação de suas propriedades. Esses fatores evidenciam que o processo de apropriação do espaço urbano pelo turismo e pelo capital imobiliário provoca deslocamento social e desigualdade socioespacial.³

² “Con el propósito de estimular la apropiación y mercantilización del espacio urbano se crean mecanismos basados tanto en la explotación y reinvencción de espacios ya turistificados, como en la inclusión de zonas que se encuentran al margen de esta dinámica y que por esto mantienen su estructura social y cultural. Estas últimas, por su singularidad, son aquellas donde los agentes inmobiliarios pueden lograr mayores tasas de ganancias”.

³ “La subida de los precios de venta y de alquiler de los inmuebles, el reemplazo de parte de los vecinos llevado a efecto a través de la adquisición de viviendas y edificios por parte de grupos inversores nacionales y extranjeros, incitando, y a veces forzando la salida de residentes cuyas bajas rentas no permiten pagar alquileres más altos o participar de proyectos de rehabilitación de sus fincas, son algunas de las consecuencias”.

Figura 2- Parque olímpico de Barcelona



Fonte: <https://barcelonando.com/barcelona-olympic-ring/>

Os casos apresentados demonstram como a apropriação do espaço e a transformação das dinâmicas urbanas impactam muitos outros aspectos importantes, afetando principalmente as pessoas de classe social baixa que não são beneficiadas por esses processos. Além do caso de Londres e Barcelona, há vários outros exemplos em que os megaeventos ou projetos de urbanização turística promovem grandes intervenções estruturais e simbólicas nas cidades, mas ao custo de acentuar desigualdades socioespaciais, mas também é importante destacar um ponto importante apontado por Paiva (2013, p.144) “é evidente que esse processo de urbanização desigual contemporâneo não pode ser atribuído exclusivamente à atividade turística, pois se relaciona com outras práticas sociais e tem raízes na urbanização pretérita, mas em muitos aspectos, a atividade turística tem exacerbado a urbanização desigual”.

Nesse ponto, torna-se necessário aprofundar a discussão sobre os impactos da urbanização turística e como esse processo se relaciona à mercantilização do espaço urbano.

1.3 Impactos da urbanização turística e a mercantilização do espaço

Segundo Paiva (2013, p.134), “a atividade turística compõe uma das principais práticas socioespaciais da contemporaneidade. O turismo interfere no processo de urbanização contemporânea na medida em que reforça as transformações funcionais, técnicas, estruturais, formais e estéticas da cidade contemporânea, ligadas às práticas sociais da atividade turística”. Esse entendimento permite observar que o turismo, ao se apropriar do espaço urbano, não apenas se insere nas dinâmicas já existentes, mas também atua como agente transformador delas.

Paiva (2013) destaca que a atividade turística envolve não apenas a produção, o consumo e a distribuição de bens, serviços e mercadorias provenientes de diversos setores, mas também transforma o espaço urbano, que passa a ser produzido e consumido como uma mercadoria, dada a sua importância como suporte para o turismo. Logo, é perceptível que o turismo não somente usufrui dos espaços para que as atividades aconteçam, como também os mercantiliza. Nessa perspectiva, Coriolano (2013, p.371) expõe que:

O turismo, enquanto negócio, visa à obtenção de lucros; ao mesmo tempo, desenvolvê-lo implica continuar a distribuição injusta da riqueza. Produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares e proteger as culturas, obtendo, ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas, atendendo às necessidades dos que vêm de fora em detrimento dos que ali habitam.

Conforme a citação da autora, pode-se notar que a urbanização no contexto do turismo causa impactos negativos, principalmente para as pessoas que habitam os territórios afetados por esse processo, “dada a natureza das relações de que estamos tratando –uma atividade geradora de riqueza e os sujeitos sociais responsáveis por sua promoção e organização– é forçoso reconhecer que às convergências (temporais, espaciais, de interesses, etc.) se somam as contradições que são, em suma, as contradições do próprio processo de produção do espaço” (Cruz, 2006, p.337).

A liberalização e a desregulamentação, características centrais do Estado neoliberal, refletem-se também no setor do turismo, como no caso do transporte aéreo desregulamentado no Brasil na década de 1990. Além disso, o Estado passou a desempenhar um papel relevante na produção do espaço nacional, adaptando determinadas áreas do território para usos turísticos (Cruz, 2006). Nesse sentido, é notável a apropriação do espaço pelo turismo; a adaptação de espaços para atividade turística pode desencadear grandes impactos a depender da forma em que for planejada. “O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, em que poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos, transformando-os em mercadorias e atrativos” (Coriolano, 2006, p.368).

Ao mesmo tempo, o processo de urbanização turística não se limita à dimensão econômica: ele envolve também os valores culturais, identitários e simbólicos dos lugares. Esses elementos são transferidos para os turistas na forma de atrativos e experiências, enquanto, em função do consumo dos espaços, são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e negócios, moldando tanto a estética urbana quanto a lógica do mercado (Coriolano, 2006). Assim, o turismo se configura como um vetor de apropriação e mercantilização do espaço, ao mesmo tempo em que reconfigura a identidade e os usos locais, integrando interesses econômicos, culturais e sociais em uma mesma dinâmica de transformação urbana.

O turismo, enquanto atividade social e econômica, não se limita apenas à utilização dos espaços urbanos para lazer ou consumo; ele atua diretamente na produção e transformação do território. Como destacam Souza, Bahl e Kushano (2013), o turismo, enquanto fenômeno social, possui a capacidade de produzir, transformar e se incorporar a um espaço físico e geográfico, na medida em que as relações sociais se entrecruzam, revelando uma complexa teia de interações. Nesse sentido, os gestores das atividades turísticas, ao se apropriarem do espaço urbano, desencadeiam uma ação dialética sobre este, destruindo e recriando territorialidades, reorganizando fluxos, usos e significados do território (Roscoche, 2013).

Essa dinâmica evidencia que o espaço urbano é simultaneamente palco e produto das práticas turísticas: ele é moldado por interesses econômicos, políticas públicas, estratégias empresariais e demandas sociais, transformando-se em mercadoria e objeto de consumo.

“A urbanização atrelada ao turismo não se limita à expansão de novas áreas urbanas, mas também atua na reconfiguração do tecido urbano tradicional e histórico, caracterizando o que se conhece como processo de “gentrification” (Paiva, 2013, p.138)”. Nesses contextos, os espaços passam a ser moldados para atender ao consumo turístico, resultando na valorização imobiliária e, muitas vezes, no deslocamento de moradores de baixa renda, o que constitui uma das contradições desse processo.

De acordo com Vasconcelos e Silva (2023, p. 47), “Através dos especuladores imobiliários, o espaço urbano cada dia mais vem sendo utilizado como produto, é mercantilizado a níveis intoleráveis”. Ainda segundo o autor, os agentes produtores do espaço intervêm na valorização das terras, interferindo no quanto será valorizada, sendo a ação do Estado um fator determinante, logo, não é um processo natural, mas sim resultante de decisões dos agentes.

Correa (1989) discorre que os agentes que produzem e consomem o espaço, esses que possuem ações complexas advindas da acumulação de capital e dos conflitos de classes que emergem das relações de produção; ações essas, que incluem a reorganização do espaço, agregando novas áreas ao espaço urbano, renovação urbana, relocação da infraestrutura e mudança do conteúdo social e econômico dos lugares. O autor define que os proprietários dos meios de produção (principalmente grandes empresas), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos são os agentes sociais que modificam a cidade.

Para Saboya (2008), a especulação imobiliária é negativa para a população, pois os grandes benefícios são dos especuladores, que obtêm lucros sobre o espaço, já que quem investe neste espaço é o Estado, o que agrega valor à localidade que posteriormente pode ser vendida por altos valores, enquanto a sociedade não é beneficiada. Além disso, esse fator contribui para a acentuação da desigualdade social, maior infraestrutura em espaços mais “valorizados” com melhor localização e menos investimento e infraestrutura em outros locais.

No contexto brasileiro, é possível evidenciar a materialização desse conceito, sendo Fortaleza um exemplo dessa segregação. Conforme aponta Brasil et al. (2011), a obra de alargamento da via Maestro Lisboa, no bairro Alagadiço Novo, que dá acesso a pontos turísticos como o Porto das Dunas, atraiu diversos empreendimentos

imobiliários (FIG.3), criando um padrão habitacional desigual. Enquanto os condomínios possuem infraestrutura completa, o entorno apresenta carência de serviços básicos, como transporte, iluminação e arborização. Entretanto, a população que necessita desses serviços não é priorizada nem ouvida. O espaço privado torna-se restrito, seguro e supervalorizado, enquanto o espaço público passa a ser percebido como perigoso e insuficiente para atender às necessidades da população que dele depende. Nesse contexto, a produção do espaço ocorre de forma desigual, evidenciando a segregação residencial.

Figura 3- Condomínio fechado na Avenida Maestro Lisboa, Alphaville Fortaleza



Fonte: <https://www.chavesnamao.com.br/imovel/terreno-em-condominio-a-venda-ce-fortaleza-alphaville-fortaleza-1050m2-RS4000000/id-9829958/>

A figura 3 apresenta um empreendimento imobiliário de alto padrão em área de expansão urbana de Fortaleza, evidenciando a produção desigual do espaço e a segregação socioespacial.

Segundo Roscoche (2013, p.831), o setor do turismo, enquanto mecanismo de organização e utilização do espaço, possui responsabilidade social:

O setor do turismo, um dos mecanismos, em muitos casos, responsáveis pela organização e utilização do espaço, torna-se necessário que este não seja perpetuador de desigualdades e que, ao contrário, procure proporcionar os benefícios de maneira mais equitativa nos territórios ou que ainda crie condições de acessibilidade aos equipamentos e serviços básicos e turísticos de um município.

No entanto, ainda segundo o autor, assim como todo processo de apropriação espacial, as atividades vinculadas ao turismo podem gerar contradições, sendo que a mais contundente delas é a segregação socioespacial, que é a divisão social do espaço. Correa (1989, p.65-66), aborda o conceito de segregação residencial:

A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégio para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro.

Nessa perspectiva, é importante reconhecer que os processos de segregação abordados por Corrêa (1989) também se manifestam nas dinâmicas urbanas impulsionadas pelo turismo. Com a apropriação e a transformação do espaço urbano em mercadoria, as áreas com potencial turístico passam a ser alvo de investimentos públicos e privados, gerando valorização imobiliária e, como consequência, processos de exclusão territorial, conforme mencionado anteriormente.

1.3.1 Múltiplas faces da urbanização turística

A urbanização turística apresenta múltiplas faces que se articulam em diferentes escalas e contextos, revelando a complexidade das relações entre o turismo, o capital e o território. Segundo Paiva (2013, p.146), “assim como o mito da industrialização foi utilizado ideologicamente para promover o desenvolvimento material das regiões e países periféricos, quando na realidade se tratava de uma forma de ampliar e reproduzir o processo de acumulação, o turismo tem se apropriado de um discurso ideológico semelhante, ao apostar em sua capacidade de promover o desenvolvimento, agora adjetivado como sustentável”. Nesse sentido, o turismo é incorporado à lógica capitalista sendo utilizado como estratégia de acumulação, ao mesmo tempo em que é apresentado como uma prática que promove progresso e bem-estar, tanto no que se refere à infraestrutura da cidade quanto no quesito lazer, sendo expostas nesse contexto as suas “múltiplas faces”.

Nesse contexto, o Estado desempenha papel central na produção do espaço urbano voltado ao turismo, atuando como mediador entre o capital e o território. Conforme aponta Cruz (2006, p.338):

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas à melhoria de condições infra-estruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do Estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações (2006, p.338).

Embora tais ações possam trazer melhorias estruturais, evidencia-se que seu objetivo primordial é tornar o território atrativo para a realização do turismo. No entanto, esse processo não é homogêneo, e suas contradições se manifestam na produção de desigualdades e na reconfiguração dos espaços urbanos. Segundo Santos e Elicher (2013, p.656):

Enquanto atividade econômica, o turismo se encontra no bojo do empreendedorismo urbano que vê na atividade um aporte ao crescimento econômico escondido sob os aspectos ideológicos do desenvolvimento. Trata-se de uma estratégia urbana que, a partir da organização do espaço para transformação da cidade em lugar turístico, justifica a (re)produção do espaço levando em consideração a obtenção de lucros e a criação de espaços para usos específicos, neste caso: o lazer, para uma parcela restrita da população e para o turista.

Neste contexto citado, o turismo é utilizado como estratégia de desenvolvimento, mascarando os processos excludentes, elitistas e de caráter gentrificador que estão frequentemente associados aos processos de produção do espaço. Ainda segundo as autoras, o estado trabalha em estratégias para envolver o apoio popular nas transformações da cidade, trazendo discursos a seu favor e trabalhando em imagens que construam um imaginário favorável visando obter apoio popular, “trata-se, na verdade, da construção de um senso comum baseado em um jogo de interesses para justificar a ação do Estado e do capital” (Santos e Elicher, 2013, p.656).

Assim, o turismo e o lazer, sob o discurso do desenvolvimento, passam a ser utilizados para justificar grandes projetos urbanos que reproduzem desigualdades, frequentemente marcados por processos de remoção e elitização.

O que não se discute é a maneira como estas novas áreas incorporarão as necessidades gerais da população por novas áreas de lazer e entretenimento, já que se trata de áreas que tendem a possuir um caráter elitizado de acesso. O que acontece de fato é o desenvolvimento de um

projeto que a priori é pensado para atender a uma nova demanda por habitação de uma classe já favorecida da sociedade. Além disso, o lazer é pensado para aqueles que irão morar nestas áreas, os novos residentes, e os turistas que certamente visitarão a cidade na época dos grandes eventos (Santos; Elicher, 2013, p.669).

Cruz (2006), ao discutir os aspectos do turismo, afirma que a atividade, por um lado, pode sim gerar riqueza, renda, trabalho, no entanto, há também o outro lado, que pode gerar inflação em escala local, além de intensificar práticas como prostituição infantil, tráfico de drogas. Segundo, Cruz (2006, p.339-340):

O aumento espontâneo ou planejado de fluxos turísticos pode dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo (demandas por hospedagem e alimentação, entre outras), multiplicando infra-estruturas, gerando postos de trabalho, fazendo o dinheiro circular.

Logo, o turismo também movimenta a economia, podendo gerar empregos e movimentar os empreendimentos locais. Entretanto, há contradições no âmbito do turismo; Cruz (2006) argumenta que o crescimento econômico promovido pelo turismo em determinados territórios não implica, necessariamente, uma melhor distribuição de renda ou melhoria das condições de vida da população local. Embora o turismo possa impulsionar transformações econômicas e espaciais, esses benefícios costumam se concentrar em determinados grupos, o que contrasta com o discurso dominante que apresenta a atividade como um instrumento de desenvolvimento.

Nesse contexto, a população local não é sempre beneficiada pela economia gerada pelo turismo, embora existam formas de incluir a população e fazer com o que o desenvolvimento impacte de forma positivas as comunidades locais, a riqueza na maioria dos casos se concentra com os proprietários dos meios de produção que segundo Corrêa (1989) são os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais, sendo esses também grandes consumidores do espaço, além dos promotores imobiliários que de acordo com o autor são os que financiam, constroem terrenos e imóveis e os que comercializam ou transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido por lucros, como corretores, planejadores de venda, construtoras e outros.

Desse modo, fica evidente que “desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social” (Cruz, 2006, p. 340). Em conformidade com esse debate, Coriolano (2006, p.372), argumenta que:

O discurso sobre o turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. Mas, na prática, é uma super-estimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. Pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problemas onde foi tratado como política para atender à acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. Transformou o espaço em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca.

Desse modo, as múltiplas faces da urbanização turística evidenciam que o turismo, mais do que vetor de desenvolvimento, constitui parte de uma estratégia de reprodução do capital, cujos efeitos se concretizam na mercantilização do espaço urbano e na produção de territórios desiguais.

1.3.2 Mercantilização do espaço no contexto do turismo

A lógica de produção capitalista, ao longo do desenvolvimento urbano, passou a incorporar o espaço como uma mercadoria, dotada de valor de troca e sujeita às dinâmicas do mercado. O que antes era território de uso coletivo, associado às práticas sociais e culturais cotidianas, torna-se um elemento inserido nas forças produtivas e nas relações de propriedade. Nesse sentido, Lefebvre (2000, p. 8) afirma que “o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso”.

Essa lógica evidencia que o espaço deixa de ser um local de relações sociais e culturais e passa a ser um produto, uma mercadoria a ser explorada no âmbito econômico.

No contexto atual do neoliberalismo, essa relação espaço-mercadoria se intensifica, conforme Cenci e Seffrin (2019, p.421-422):

Seguindo uma tendência internacional, a partir do final do século XX e início do século XXI, tem-se tornado cada vez mais evidente o surgimento de um novo perfil econômico, proporcionado, especialmente, pelas inovações do mercado financeiro (sobretudo com o surgimento do modelo de Estado Neoliberalista), que não se restringem mais às atividades clássicas de crédito. Com efeito, no decorrer das últimas décadas as inovações verificadas no mercado financeiro têm apresentado, entre outros resultados e consequências, a transformação das propriedades urbanas em um dos ativos financeiros mais importantes, situação que

impacta diretamente na dinâmica das cidades, principalmente nas cidades modernas.

Desse modo, o espaço urbano passa a ser produzido e administrado a partir de uma lógica voltada para a valorização financeira, deixando em segundo plano suas dimensões sociais e coletivas. Nesse viés, o solo e as infraestruturas da cidade são tratados como mercadorias, tornando-se meios de acumulação e especulação, o que reforça desigualdades e consolida o domínio do capital sobre o território.

O turismo se configura como uma das formas mais evidentes da mercantilização do espaço, tendo em vista que é uma atividade que utiliza o espaço para acontecer e tem a capacidade de transformar lugares antes voltados ao lazer e ao descanso em mercadoria. Lefebvre (2000) observa esse processo ao analisar a apropriação turística dos arredores do Mediterrâneo, que se tornaram espaços de lazer da Europa industrial. Para o autor, trata-se de uma forma de produção do espaço vinculada à lógica do capitalismo, em que atividades consideradas “improdutivas” como o lazer e as férias passam a ser organizadas, hierarquizadas e programadas de modo a gerar lucro para operadores turísticos, banqueiros e promotores. Assim, o que aparenta ser apenas um espaço de lazer e diversão, na verdade, atua como mais um instrumento da acumulação capitalista.

No contexto do turismo, o espaço é transformado em imagem, cenário, é espetacularizado; sua função social é substituída por sua capacidade de gerar lucro, não somente no caso do Mediterrâneo discutido por Lefebvre, mas no contexto global, se manifestando também nas cidades brasileiras. Lefebvre (2000) observa que, no modo de produção atual, o espaço assume uma realidade própria, equiparando-se à mercadoria, ao dinheiro e ao capital, com valor de troca e valor de uso subordinados à lógica econômica. O autor também destaca que essa dinâmica alcança escala mundial, transformando o espaço em um ativo global.

Pereira & Sancho-Pivoto (2020, p.143) destacam que “paulatinamente, as dinâmicas espaciais urbanas passam a ser apropriadas por uma lógica mercadológica, com o uso do solo assumindo destaque como ativo valioso, abrindo espaço para especulações imobiliárias”.

O caso do Pelourinho em Salvador se relaciona diretamente com essa discussão, a gentrificação como consequência de uma lógica mercadológica do espaço, uma restauração voltada para o turismo (FIG. 4).

Figura 4- Pelourinho restaurado para turismo



Fonte: Nobre (1998)

De acordo com Ribeiro (2014), o Pelourinho passou por um processo de recuperação iniciado em 1991; era um local marcado pela criminalidade, pela prostituição e pela ausência de conservação, e o programa visava recuperar essa área. Entretanto, houve um processo de exclusão social marcado pela expulsão dos moradores mais pobres, justamente a população que contribuía para a formação cultural do local, como o próprio Olodum. Essa remoção agradava parte da classe média e alta e buscava reforçar o viés turístico da região, reorientando o espaço para interesses comerciais e turísticos. Além disso, projetos de valorização promovidos pelo Estado contribuíram para o avanço da gentrificação, intensificando a valorização imobiliária e a substituição gradual da função residencial por atividades ligadas ao turismo.

Ademais, Carlos (2011, p.146) argumenta que:

O local onde a sociedade civil se realizava enquanto cidadãos pertencentes a um lugar, seu “valor de uso” é reduzido a uma mera mercadoria na visão dos agentes hegemônicos produtores do espaço, conferindo-os novas formas de apropriação, muitas vezes por meio de empreendimentos imobiliários, como shoppings centers, hotéis e outros.

Além disso, essa transformação do uso do espaço não interfere apenas na forma de ocupação, mas também intensifica as desigualdades sociais e os processos de segregação socioespacial. Quanto mais valorizada financeiramente uma área se torna, menos acessível ela é às populações de baixa renda, que antes tinham acesso a esses espaços. Nesse mesmo cenário se insere o turismo: hotéis, resorts, grandes eventos que demandam amplos espaços, entre outros empreendimentos, contribuem para a valorização do solo urbano, assumindo, assim, um caráter mercantilizador.

Dessa forma, observa-se que a mercantilização do espaço urbano transforma áreas antes destinadas ao uso coletivo e à vida social em produtos econômicos, sujeitos à valorização financeira e à especulação imobiliária. O turismo surge como uma das expressões desse processo. Essa lógica, reforçada pelas dinâmicas neoliberais, intensifica desigualdades e segregações socioespaciais ao privilegiar interesses econômicos sobre direitos sociais e coletivos. Assim, a análise da urbanização turística precisa considerar não apenas a produção econômica e mercantil do espaço, mas principalmente as dinâmicas sociais e territoriais que emergem desses processos.

1.4 Urbanização turística e territorialidades urbanas

Como discutido anteriormente, a questão da mercantilização do espaço e da relação do valor de uso e valor de troca no contexto do desenvolvimento da atividade turística, da capacidade de transformar o espaço em produto. Nesse contexto, se insere também o processo denominado urbanização turística conforme definido por Mascarenhas (2004), que constitui uma forma particular de produção do espaço urbano em que o consumo prevalece sobre a produção e em que o território passa a ser organizado de modo a atender às necessidades e desejos dos turistas. Minasi, Talaska e Tricário (2021, p.74) “tal processo é conhecido como urbanização turística (Mullins, 1991), responsável por introduzir transformações funcionais e sociais ao território a fim de promover o turismo”.

Fonseca e Costa (2004) observam que a produção dos espaços turísticos é frequentemente guiada por uma racionalidade que privilegia os interesses do poder público, do empresariado e do setor imobiliário, relegando o residente a um papel secundário. A urbanização turística, portanto, reflete uma lógica voltada à atração de

investimentos, o que resulta na privatização de espaços públicos, na segregação socioespacial e na marginalização de comunidades locais. As autoras ainda se aprofundam na questão da refuncionalização do espaço, que consiste na substituição das atividades locais pertencentes à cultura e à identidade da comunidade pela atividade turística. Nesse contexto os argumentos de Coriolano dialogam essa temática:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecerem atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo. (2006, p.370)

Logo, a autora traz também para essa discussão o conceito de territórios e cabe acrescentar a definição de Santos (2011, p.14) :

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

É notável que a noção de território vai além do espaço físico; ele insere as dinâmicas sociais, identitárias e culturais; é lugar das relações sociais e, para além disso, é também local de conflitos, de disputa, de resistência, onde a vida acontece. Nessa perspectiva, a identidade constitui uma dimensão indissociável do território, sendo construída pelas relações sociais, pelas experiências cotidianas e pelos vínculos estabelecidos com o lugar. Assim, compreender os processos de urbanização turística implica considerar não apenas as transformações físicas e econômicas do espaço, mas também seus impactos sobre as identidades e os sentimentos de pertencimento das populações locais, discussão que será retomada na análise dos territórios do Rio Olímpico.

“Em outras palavras, o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro”

(Santos, 2011, p. 17) , ou seja, há áreas em que existe a acumulação de capital, de poder econômico, que atraem investimentos e infraestrutura que intensificam ainda mais a riqueza; em contrapartida, as zonas de rarefação citadas pelo autor são as áreas opostas, onde há a escassez desse capital circulando, acentuando a desigualdade social.

Essas desigualdades no território são potencializadas pela urbanização turística, pois o turismo tende a se concentrar em áreas valorizadas e reconfigura outras áreas, a fim de agregar valor a elas por meio de infraestrutura e da criação de atrativos, reforçando a segregação socioespacial.

Tal processo evidencia o caráter da urbanização turística, que reorganiza o território conforme os interesses do capital e redefine o uso dos espaços urbanos. Enquanto os turistas e investidores se apropriam simbolicamente e economicamente do espaço urbano requalificado, as comunidades locais, muitas vezes, vivenciam processos de desterritorialização, sendo removidas ou tendo suas práticas culturais transformadas em produtos turísticos, demonstrando que o princípio do espaço pensado para o residente prioritariamente e depois para o turista não cabe no contexto da urbanização turística (Fonseca e Costa, 2004).

Além disso, a urbanização turística modifica a percepção e o valor do espaço urbano. O território deixa de ser visto em toda sua complexidade e passa a ser visto como mercadoria. Essa estetização e espetacularização das cidades (Mascarenhas, 2004) reforçam o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso e consolidam a lógica do consumo no planejamento urbano.

Dessa forma, a urbanização turística se apresenta como um processo complexo, em que o viés econômico do turismo e do capital imobiliário interage com as dinâmicas sociais e culturais, promovendo mudanças nas territorialidades locais. O espaço produzido para o visitante reconfigura as cidades, reforça a mercantilização do território e evidencia o conflito entre o direito ao lazer e ao turismo dos residentes e os interesses econômicos dos agentes investidores envolvidos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como básica, por buscar ampliar a compreensão acerca da relação entre urbanização turística, produção do espaço e megaeventos esportivos, sem propor uma aplicação prática imediata. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual, segundo Tuzzo e Braga (2016):

[...] a pesquisa qualitativa oferece ao pesquisador um vasto campo de possibilidades investigativas que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (TUZZO; BRAGA, 2016, p.142).

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, por investigar como a urbanização turística e a produção do espaço se materializaram nos territórios do chamado Rio Olímpico e quais impactos socioespaciais decorreram desse processo. Para isso, foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de casos múltiplos.

Na pesquisa bibliográfica, foram consultados livros, artigos científicos, anais de eventos, dissertações e teses relacionados à temática da urbanização turística, da produção do espaço, dos megaeventos esportivos e da mercantilização do espaço urbano. Esse levantamento possibilitou a construção do primeiro capítulo que fundamenta as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Já a pesquisa documental baseou-se na análise de documentos oficiais, legislações, planos urbanos, relatórios institucionais e matérias jornalísticas, que possibilitaram compreender o processo de preparação do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, bem como as intervenções urbanas realizadas e seus desdobramentos nos territórios investigados.

O estudo de casos múltiplos permitiu uma análise aprofundada de transformações ocorridas nos territórios do Rio Olímpico, tendo como foco a Barra da Tijuca, a Vila Autódromo e o Porto Maravilha. Territórios muito relevantes no contexto de preparação da cidade para os Jogos de 2016, já que concentraram importantes intervenções urbanas, investimentos públicos e privados e processos de valorização imobiliária.

Para a análise do material bibliográfico e documental, foi utilizada a tríade proposta por Lefebvre (2000), composta pelas categorias espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido, com ênfase no espaço concebido e vivido. Esse referencial permitiu interpretar os documentos, a bibliografia e os estudos de caso analisados, possibilitando compreender as contradições entre o planejamento urbano voltado aos Jogos Olímpicos de 2016 e as experiências vividas pelas comunidades atingidas pelas intervenções urbanas.

3. TERRITORIALIDADES, APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO RIO OLÍMPICO

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de reorganização territorial associado à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, articulando o debate teórico desenvolvido no capítulo anterior acerca da urbanização turística e da apropriação capitalista do espaço urbano.

Inicialmente, será realizada uma breve conceituação sobre os megaeventos esportivos e, em seguida, será abordado o processo de escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos de 2016, analisando os discursos de desenvolvimento, modernização urbana e fortalecimento da imagem turística que sustentaram o projeto olímpico.

Na sequência, o capítulo se volta aos aspectos mercadológicos envolvidos na preparação da cidade para o evento, com destaque para o planejamento urbano na perspectiva da apropriação espacial, o contexto de gentrificação, a centralidade da especulação imobiliária e os embates entre diferentes atores sociais, tais como instituições científicas, culturais e movimentos sociais, em contraste com o poder público, a mídia e o setor privado.

Por fim, serão analisados dois recortes territoriais considerados estratégicos no chamado “Rio Olímpico”: os territórios da Barra da Tijuca e do Porto Maravilha. Na Barra da Tijuca, a análise concentra-se no Parque Olímpico, enquanto, no Porto Maravilha, contempla o Boulevard Olímpico, a fim de compreender como as transformações urbanas associadas aos Jogos Olímpicos de 2016 se materializaram nesses espaços.

3.1 O Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016

Para Pace e Hardt (2014, p. 19), a eleição de uma cidade-sede para os Jogos Olímpicos constitui um momento crucial na dinâmica dos megaeventos esportivos, exigindo a consideração de múltiplos aspectos que extrapolam os arranjos políticos e econômicos. Ao longo de mais de um século de história, as Olimpíadas modernas converteram-se gradativamente em oportunidades de transformação urbana, fenômeno que Raeder (2011, apud PACE; HARDT, 2014, p. 19) denomina “urbanismo

olímpico”, em referência aos impactos produzidos nas cidades pelos vultosos recursos envolvidos na organização desses eventos.

Essa lógica de espetacularização e empresarialização dos megaeventos não é recente. Segundo Mascarenhas (2014), ela se consolida a partir da chamada “virada olímpica”, ocorrida a partir dos anos 1980, durante a gestão de Juan Antonio Samaranch no Comitê Olímpico Internacional, e das transformações na gestão da FIFA sob João Havelange a partir de 1974, marcadas pela adoção de princípios empresariais na organização do esporte. A partir desse período, os megaeventos passam a ser estruturados crescentemente sob uma lógica de mercado, patrocínio e maximização da visibilidade global

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no ano de 2009, em um contexto no qual o evento era apresentado como uma oportunidade estratégica de reposicionamento da cidade no cenário internacional. De acordo com Cabral, Cabral e Silva (2016), o dossiê de candidatura do Rio previa investimentos da ordem de R\$ 28,8 bilhões, sendo R\$ 5,6 bilhões destinados à estrutura do Comitê Organizador e R\$ 23,2 bilhões voltados à infraestrutura urbana necessária à realização dos Jogos.

Mascarenhas (2014) define os megaeventos esportivos como um conjunto de competições realizadas periodicamente e que abrangem eventos de alcance internacional. Além das Olimpíadas, a Copa do Mundo, os Jogos Pan-Americanos e a Eurocopa também são exemplos desse tipo de evento. Uma de suas principais características é a capacidade de atrair investimentos e mobilizar grandes volumes de recursos, ao mesmo tempo em que podem gerar focos de resistência social. O autor evidencia que tais eventos não apenas movimentam a economia e atraem recursos financeiros, mas também produzem contradições, ao destacar que “geram focos de resistência social”. Nesse sentido, podem emergir reações, sobretudo por parte de comunidades locais de cidades-sede, que passam a demonstrar resistência frente aos processos de reestruturação urbana envolvidos no planejamento desses megaeventos.

De acordo com Roche (1994, apud PACE; HARDT, 2014, p. 19), os megaeventos são acontecimentos que, na maioria das vezes, produzem resultados permanentes, positivos ou negativos, nos locais que os sediam, geralmente associados à criação de infraestrutura e comodidades. Dessa forma, as resistências

sociais mencionadas por Mascarenhas (2014) tendem a se intensificar quando a condução desses processos prioriza interesses financeiros e expectativas de retorno econômico em detrimento das dinâmicas e dos direitos dos territórios locais.

Ademais, a magnitude crescente desses eventos tem como motor a ligação entre “mídia, esporte e negócios”, que articula a promoção global dos espetáculos esportivos a partir de contratos televisivos milionários e do patrocínio de grandes marcas comerciais, interessadas na ampla visibilidade internacional proporcionada pelo evento (Mascarenhas, 2014, p. 54). O autor acrescenta que essa visibilidade internacional atua como um forte atrativo para que as cidades desejem sediar tais eventos, na medida em que possibilita a redefinição de sua imagem no cenário global. Diante de bilhões de espectadores, as cidades-sede passam a ocupar, ainda que temporariamente, o centro das atenções em escala internacional.

A partir da definição do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (FIG. 5), a cidade passou por uma reorganização territorial que resultou na distribuição das instalações esportivas em diferentes zonas: Barra da Tijuca, Deodoro, Maracanã e Copacabana. Essa divisão territorial foi estratégica para o planejamento do evento e para a reestruturação urbana desses espaços.

Figura 5- Regiões de jogos das Olimpíadas de 2016



Fonte: Website Rio de Janeiro Aqui (2016)⁴

4 <https://www.riodejaneiroaqui.com/olimpiadas2016/mapa-olimpico-2016.html>

A figura 5 permite visualizar a distribuição espacial dos equipamentos esportivos e a localização das principais áreas envolvidas na realização do evento. A partir da observação da figura, torna-se possível compreender a dimensão territorial dos Jogos e a forma como o planejamento urbano foi organizado para atender às demandas logísticas e estruturais do megaevento, oferecendo uma visão geral da ocupação dos espaços urbanos utilizados durante as Olimpíadas.

Os discursos oficiais associados à candidatura enfatizavam a expectativa de modernização da cidade, melhoria da infraestrutura urbana, ampliação da visibilidade internacional e dinamização da economia local, especialmente nos setores da construção civil, serviços imobiliários, turismo e transportes. Nesse cenário, os Jogos Olímpicos passaram a ser gradativamente incorporados ao projeto de cidade, articulando-se ao planejamento urbano e às estratégias de promoção internacional do Rio de Janeiro.

3.1.1 Aspectos mercadológicos – O planejamento urbano na perspectiva da apropriação espacial, o contexto da gentrificação

O planejamento urbano associado aos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro foi estruturado a partir de uma racionalidade fortemente orientada pelo mercado, na qual os megaeventos passaram a ser compreendidos como projetos urbanos estratégicos, capazes de reorganizar o território e reconfigurar o valor dos espaços na cidade. Conforme apontam Villano e Terra (2008), os megaeventos esportivos contemporâneos extrapolam o âmbito estritamente esportivo, passando a integrar uma complexa teia de interesses que envolve investimentos públicos e privados, ampla exposição midiática e disputas políticas, o que os consolida como fenômenos socioculturais de grande magnitude.

Nesse contexto, o espaço urbano passa a ser concebido como ativo econômico, sendo submetido a processos de revalorização, requalificação e redefinição de usos, sobretudo em áreas consideradas estratégicas para a imagem da cidade. A preparação para os Jogos implicou um volume expressivo de investimentos, não apenas em infraestrutura esportiva, mas também em obras urbanas, hotelaria e mercado imobiliário. Segundo Rocha (2017), o montante investido no período de preparação ultrapassou R\$ 39 bilhões, podendo superar R\$ 40 bilhões

quando considerados os investimentos dos setores hoteleiro e imobiliário, o que evidencia a articulação entre o megaevento e determinados segmentos econômicos.

A partir das campanhas publicitárias produzidas pelo mercado imobiliário do Rio de Janeiro, é possível observar estratégias de valorização territorial associadas aos espaços vinculados ao Rio Olímpico. As figuras abaixo apresentam campanhas de marketing de empreendimentos localizados no Porto Maravilha (FIG. 6 e 7), em contraste com as publicidades associadas a empreendimentos imobiliários na Barra da Tijuca (FIG. 8 e 9). Apesar das especificidades territoriais, as campanhas possuem elementos semelhantes, enfatizando aspectos como modernização urbana, localização estratégica, exclusividade e qualidade de vida, evidenciando a transformação desses espaços em ativos econômicos no contexto olímpico.

Figura 6- Publicidade imobiliária vinculada ao Porto Maravilha



Fonte: <https://lancamentosrj.com/blog/lancamento-residencial-porto-maravilha-sao-cristovao>

Figura 7- Publicidade de empreendimento imobiliário no Porto Maravilha



Fonte: <https://lancamentosrj.com/blog/lancamento-residencial-porto-maravilha-sao-cristovao>

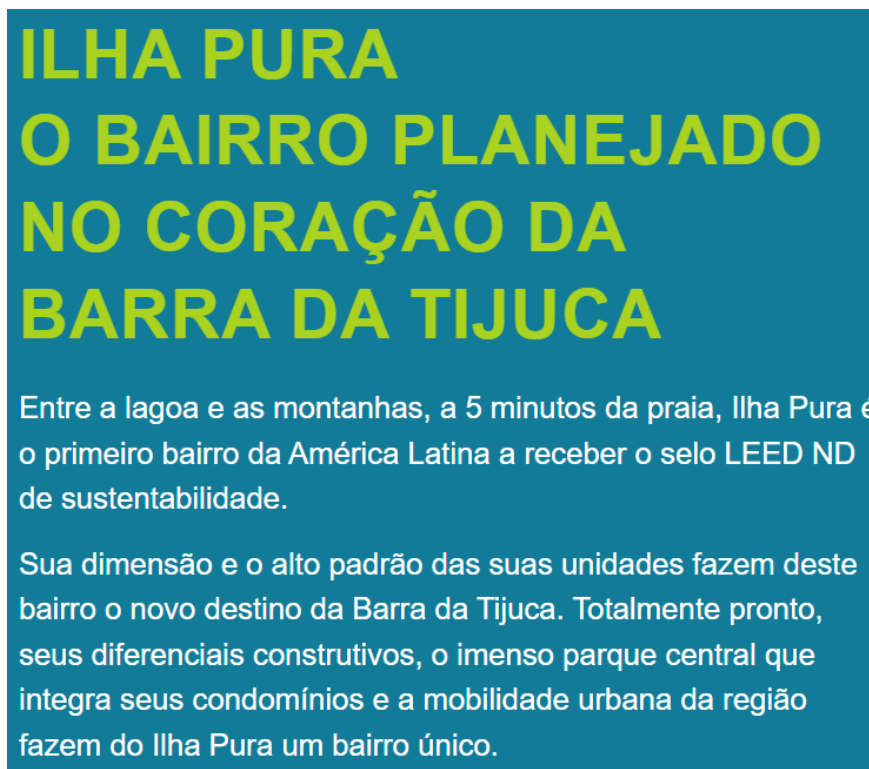
Figura 8- Publicidade imobiliária do empreendimento Ilha Pura na Barra Olímpica

UM PRIVILÉGIO TODO SEU.

ILHA PURA É MAIS DO QUE UM ENDEREÇO NA BARRA. É UM MARCO NA EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E NA PROJEÇÃO DE UM NOVO ESTILO DE VIDA INTEGRADO À NATUREZA. NÃO EXISTE COMPARAÇÃO COM ILHA PURA PORQUE, SIMPLEMENTE, NUNCA HOUVE UM BAIRRO ICÔNICO ASSIM. UM PRIVILÉGIO TODO SEU.

Fonte: <https://wordpress.ilhapura.com.br/bairro/>

Figura 9- Representação publicitária do bairro planejado Ilha Pura na Barra da Tijuca



Fonte: <https://ilhapuraseoficial.com.br/>

As campanhas publicitárias evidenciam como os territórios vinculados ao Rio Olímpico passaram a ser promovidos a partir de discursos associados à modernização urbana, exclusividade e valorização territorial. A construção desses espaços, direcionada sobretudo a grupos de maior poder aquisitivo, reforça a centralidade do mercado imobiliário no processo de reestruturação urbana, evidenciando dinâmicas de mercantilização do espaço no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016.

A centralidade desses investimentos em territórios específicos contribuiu para o fortalecimento de práticas de especulação imobiliária, na medida em que a valorização da terra urbana passou a ser um dos eixos estruturantes do planejamento urbano. De acordo com Betarelli Junior et al. (2010, apud Cabral et al., 2016, p. 345), grandes eventos esportivos tendem a impulsionar setores como serviços, hotelaria, turismo e a atração de investimentos externos. No caso do Rio de Janeiro, esse movimento esteve associado à concentração de capital e infraestrutura em áreas previamente selecionadas como estratégicas para o projeto olímpico, frequentemente tratadas como vitrines da cidade.

Os Jogos Pan-Americanos, realizados em 2007, no Rio de Janeiro, representaram também esse processo de megaeventos esportivos como impulsionadores da cidade no cenário global e como meio para atrair investimentos e valorização das áreas estratégicas do evento. Conforme Sánchez, Bienenstein e Mascarenhas (2012), os megaeventos esportivos podem ser compreendidos como projetos que têm como característica a produção especulativa do espaço, que mobiliza uma reestruturação seletiva da cidade e que se adapta às exigências da acumulação capitalista global. Logo, vai muito além da competitividade esportiva e atlética; é estratégia, planejada para que seja dessa forma.

Um dos exemplos é a construção da Vila Pan-americana, na Barra da Tijuca, área de interesse imobiliário. Segundo Sánchez, Bienenstein e Mascarenhas (2012), a Vila contribuiu para a aceleração do processo de valorização das terras do entorno, intensificando o mercado imobiliário; a Barra da Tijuca passa a ser central na estratégia de planejamento urbano.

Dessa forma, os megaeventos esportivos contribuem para a produção de uma cidade orientada pela lógica do mercado, na qual a imagem urbana e a competitividade internacional se sobrepõem às necessidades sociais. O Pan-2007 exemplifica esse processo ao priorizar intervenções voltadas à valorização imobiliária e à construção de uma imagem global da cidade, enquanto persistem carências estruturais em áreas periféricas. Assim, conforme Sánchez, Bienenstein e Mascarenhas (2012), esses eventos reforçam um modelo de urbanização excludente, no qual os benefícios se concentram em determinados setores econômicos e os custos sociais, como remoções, exclusão e privatização do espaço recaem sobre a população mais vulnerável.

Neste contexto dos megaeventos esportivos, o planejamento urbano do Rio de Janeiro passou a ser estruturado de um modo que, segundo alertas formulados por instituições científicas, movimentos sociais e pesquisadores do campo do direito à cidade, apresentava riscos sociais (segregação e gentrificação) estruturais vinculados aos interesses do mercado imobiliário e do setor da construção civil em detrimento do interesse público, em especial, das comunidades mais pobres no entorno desses territórios. Rolnik (2016, p.1) argumenta que:

Nos anos 1990, tornou-se hegemônica a prática de organização de megaeventos esportivos como um dos componentes do planejamento urbano

estratégico, com vistas ao reposicionamento das cidades numa economia globalizada, numa espécie de lançamento midiático da imagem da cidade associado à renovação de algumas de suas infraestruturas, através de processos com forte protagonismo da indústria imobiliária e do setor de construção de forma geral.

Nesse movimento, o espaço deixa progressivamente de ser tratado como direito e passa a ser mobilizado como ativo econômico, aprofundando processos de mercantilização do território.

Essa leitura crítica foi formulada antes mesmo da realização dos Jogos por redes como o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas e por núcleos acadêmicos, que alertavam para o risco de intensificação de processos de gentrificação e de remoção das populações de baixa renda. Rolnik (2016) já advertia, no período pré-olímpico, que, ao contrário do discurso oficial do “legado olímpico”, os processos de reabilitação urbana vinculados a megaeventos tendem a produzir remoções forçadas, elevação dos preços de imóveis e aluguéis e, como consequência, a tomada desses territórios por grupos sociais de maior renda.

Os documentos produzidos pelo Comitê Popular possuem registros preventivos das dinâmicas já em curso no período pré-olímpico. O levantamento de comunidades removidas ou ameaçadas de remoção (Tabela 1), divulgado no Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, de novembro de 2015, evidencia que as intervenções se concentravam justamente nos eixos considerados estratégicos para a valorização imobiliária, ao longo dos corredores BRT Transoeste, na área do Parque Olímpico e na região portuária (Porto Maravilha). Esses dados servem como indicadores dos riscos que já haviam sido sistematicamente denunciados à época.

Os processos de contestação às intervenções urbanas vinculadas aos Jogos Olímpicos não se limitaram ao debate institucional, manifestando-se também por meio de ações coletivas e protestos de rua (FIG. 10 e 11).

Figura 10- Protesto contra as remoções



Fonte: https://rioonwatch.org.br/?p=21817&utm_source

Figura 11- Manifestação contra as remoções



Fonte: https://rioonwatch.org.br/?p=12571&utm_source

As figuras acima representam mobilizações que expressam a resistência de grupos afetados pelas políticas de reestruturação urbana, especialmente no que se refere às remoções e à valorização imobiliária das áreas impactadas

Foram elaborados dados relacionados à concentração das remoções e ameaças de remoção justamente nos territórios considerados estratégicos para o projeto olímpico, revelando que as intervenções urbanas não se distribuíram de forma homogênea pela cidade (TAB. 1).

Tabela 1– Síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção, por comunidade, 2015

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Totalmente removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Totalmente removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Totalmente removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Totalmente removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	1.017	Totalmente removida	1.017	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado" associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	Totalmente removida	80	BRT Transoeste
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Totalmente removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
11. Notre-dame (Recreio)	s/i	52	Totalmente removida	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo (Recreio)	s/i	50	Totalmente removida	50	BRT Transoeste
13. Outras remoções¹		129		129	BRT Transoeste
14. Vila Taboinha (Vargem Grande)	1990	—	400	400	Reintegração de posse
15. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
16. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
17. Vila União (Curicica)	década de 1980	340	—	340	BRT Transolímpica
18. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
19. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
20. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	430	120	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
21. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
22. Favela do Sambódromo	s/i	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo
23. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
24. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Totalmente removida	150	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Totalmente removida	30	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
27. Ocupação Boa Vista	1998	35	Totalmente removida	35	Projeto Porto Maravilha
28. Quilombo das Guerreiras	2006	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
29. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Totalmente removida	133	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Totalmente removida	47	Projeto Porto Maravilha
31. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
Subtotal relativo às remoções vinculadas diretamente aos megaeventos		4.120	2.486	6.606	COPA E OLIMPIADAS
32. Outras comunidades	Diversos	17.939²	s/i	17.939	A Prefeitura alega que estas famílias foram removidas por estarem em áreas de risco ou que foram reassentadas no mesmo local em razão de obras de melhorias nas suas comunidades.
TOTAL GERAL das Remoções na Cidade do Rio de Janeiro		22.059	s/i	s/i	

Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro novembro de 2015

A sistematização desses dados reforça o caráter seletivo do planejamento urbano no período, no qual comunidades situadas em áreas valorizadas passaram a figurar como obstáculos aos projetos de reestruturação e valorização imobiliária. Nesse contexto, as imagens abaixo apresentam a realidade de duas das comunidades

identificadas na Tabela 1, que desenvolveram estratégias de resistência frente às tentativas de remoção (FIG. 12 e 13).

Figura 12- Vila Autódromo



Foto: Luiz Cláudio Silva, morador da Vila Autódromo⁵

Figura 13- Demolição na Vila Harmonia



Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=3464>

⁵ <https://ippur.ufrj.br/ontem-hoje-e-amanha-a-luta-contras-as-remocoes-na-vila-autodromo-e-o-museu-das-remocoes/>

Ademais, os dados do mercado de imóveis reforçavam esses alertas ao apontar tendências de valorização que acompanhavam a geografia das grandes intervenções urbanas. O índice FIPE/ZAP, em 2015, já indicava movimentos significativos de valorização dos preços de imóveis em cidades afetadas por projetos de reestruturação urbana.

A dinâmica do mercado imobiliário no período pré-olímpico já indicava sinais de intensificação da valorização urbana. De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), com base nos dados do índice FIPE/ZAP, em julho de 2015 a cidade apresentava o metro quadrado mais caro entre as capitais brasileiras, mesmo em um contexto de crise econômica nacional, atingindo o valor médio de R\$ 10.631,00, superior a São Paulo (R\$ 8.602,00) e ao Distrito Federal (R\$ 7.987,00). Esses dados eram utilizados pelo Comitê como alertas prévios para um processo de mercantilização e elitização da cidade, no qual o encarecimento apresentado se articulava aos projetos de reestruturação urbana vinculados aos megaeventos. Ainda segundo o Dossiê (2015), no período de 36 meses anteriores aos Jogos, os imóveis vendidos na cidade tiveram valorização acumulada de 29,4%, enquanto os aluguéis representavam uma queda.

Conforme alerta Rolnik (2016), esse tipo de dinâmica opera como mecanismo indireto de deslocamento, na medida em que o interesse dos investidores imobiliários em áreas antes consideradas de baixo valor eleva os preços de compra e de aluguel, expulsando gradativamente os moradores de menor renda.

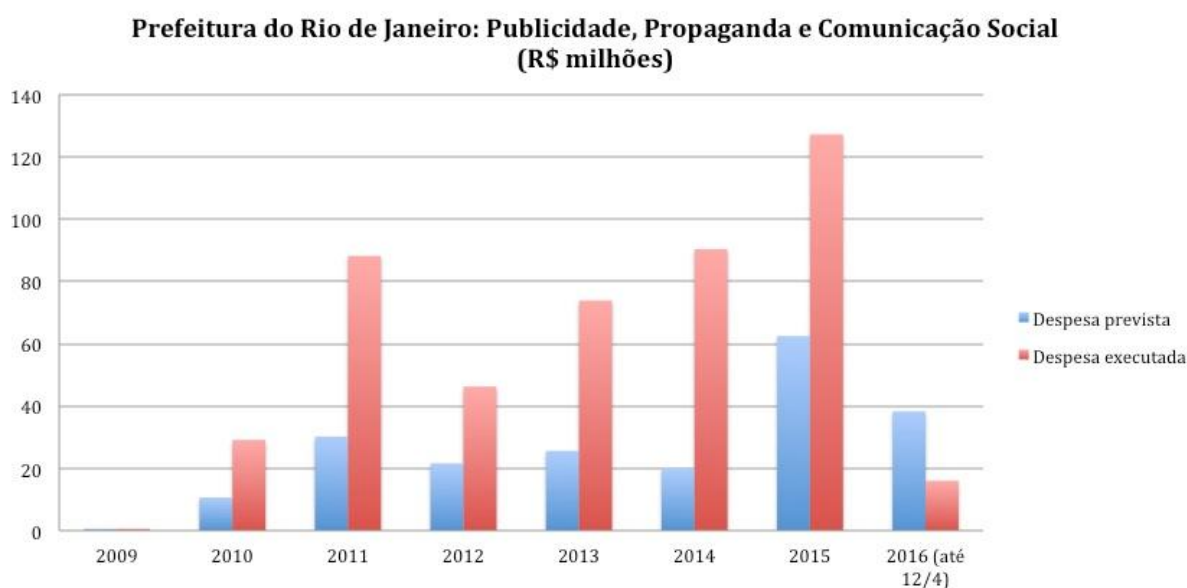
Dessa forma, os alertas previamente formulados por pesquisadores, movimentos sociais e organismos internacionais já indicavam que o modelo de planejamento urbano adotado no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016 representavam o risco de uma lógica de cidade-mercadoria, na qual o território é reorganizado em função da rentabilidade imobiliária, da atração de investimentos e da produção de uma imagem da cidade, reforçando a apropriação desigual do espaço e a mercantilização dos territórios.

Essa lógica de cidade-vitrine não se construiu de forma isolada no contexto carioca, mas foi fortemente inspirada por modelos internacionais de reestruturação urbana associados a megaeventos, especialmente a experiência de Barcelona após os Jogos Olímpicos de 1992. Conforme aponta o RioOnWatch (2016), o chamado “Modelo Barcelona” influenciou diretamente o planejamento estratégico do Rio de

Janeiro; consultores catalães trouxeram ideias-chave advindas da experiência de Barcelona para serem aplicadas no contexto do Rio. Incluindo um modelo de planejamento urbano que consiste em tratar a cidade como um ativo estratégico dentro de um cenário competitivo, no qual a gestão pública passa a atuar como promotora da imagem urbana, orientando políticas e investimentos para tornar a cidade mais atrativa ao capital e ao mercado internacional.

Conforme GRAF. 1 é possível observar os valores investidos em publicidade, propaganda e comunicação social desde o período pré-olímpico até o ano de realização do evento (2016).

GRÁFICO 1- Despesa do Rio (em milhões de reais): publicidade, propaganda e comunicação social



Fonte: FINCON

Os dados do Sistema Municipal de Administração Financeira (FINCON) indicam um crescimento expressivo dos gastos da Prefeitura do Rio de Janeiro com publicidade, propaganda e comunicação social no período que antecedeu os Jogos Olímpicos de 2016. Entre 2006 e 2009, os valores investidos situavam-se em patamares reduzidos; contudo, após a escolha do Rio como cidade-sede e o início da gestão de Eduardo Paes, observa-se um salto significativo nesses investimentos, que passaram a atingir dezenas de milhões de reais em 2010 e ultrapassaram a marca de uma centena de milhões de reais em 2015 (RioOnWatch, 2016).

Esse crescimento dos investimentos em publicidade e comunicação social envolvendo diversas grandes marcas (FIG. 14).

Figura 14- Campanha da Coca-Cola para o Rio 2016: dezenas de atletas premiados nos comerciais e anúncios



Fonte: revista exame⁶

A publicidade acima envolve uma marca grande e consolidada no mercado e que se vinculou às publicidades dos Jogos Olímpicos, evidenciando que o projeto olímpico carioca não se restringiu à produção de infraestrutura material, mas esteve fortemente orientado pela construção de uma imagem estratégica da cidade no mercado internacional.

A ampliação do orçamento destinado à promoção institucional revela a centralidade da dimensão simbólica no planejamento urbano do período, reforçando a ideia de cidade-vitrine como eixo estruturante das políticas públicas associadas aos megaeventos.

No entanto, mesmo que essa estratégia tenha sido inspirada na experiência de Barcelona, conforme aponta o RioOnWatch (2016), ainda assim, a comparação entre Rio de Janeiro e Barcelona apresenta limites importantes, uma vez que ambas possuem trajetórias históricas e dinâmicas urbanas distintas. Segundo o RioOnWatch

⁶ Leia a matéria completa em https://classic.exame.com/marketing/coca-cola-traz-79-atletas-para-sua-campanha-do-rio-2016/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento

(2016), mesmo com seus dilemas, Barcelona não apresenta a mesma rigidez da fragmentação socioespacial observada no Rio de Janeiro, marcado por desigualdades estruturais profundas. Ademais, o crescimento de Barcelona após os Jogos de 1992 esteve associado a outros processos, como o fortalecimento institucional e a integração europeia, enquanto as Olimpíadas do Rio ocorreram em um contexto de crise econômica nacional e instabilidade política.

Apesar de frequentemente ser associado a uma referência positiva de megaeventos, o chamado “Modelo Barcelona” também passou a ser alvo de críticas ao longo dos anos. Conforme discute o RioOnWatch (2016), o planejamento urbano catalão, que inicialmente priorizava intervenções voltadas para a melhoria das condições de vida da população, foi gradualmente deslocado para uma lógica de mercado, orientada pela valorização imobiliária, pela turistificação intensiva e pela crescente privatização de espaços urbanos; a prioridade deixou de ser a população, passando a priorizar a preparação do evento.

O esgotamento desse modelo também se evidencia na própria experiência catalã. Segundo o RioOnWatch (2016), “era apenas uma questão de tempo até que a insustentabilidade do modelo se tornasse evidente”. A partir da crise econômica de 2008, instaurou-se um cenário descrito como “estado de emergência social”, marcado pelo agravamento de problemas associados ao turismo de massa e à intensificação dos processos de gentrificação (RIOONWATCH, 2016).

Nesse contexto, multiplicaram-se os despejos forçados de famílias em situação de vulnerabilidade, o aumento do desemprego, especialmente entre os jovens, e as dificuldades de acesso a serviços básicos, como energia e água. Conforme o mesmo relatório, “os riscos reais de exclusão social se multiplicaram”, evidenciando que o modelo de reestruturação urbana associado aos megaeventos produziu efeitos que ultrapassam o período imediato dos Jogos (RIOONWATCH, 2016).

Sendo assim, as comparações possíveis entre Rio de Janeiro e Barcelona se encontram nas formas de resistência produzidas pelos moradores. Segundo o RioOnWatch (2016), “se quaisquer paralelos podem ser traçados entre Rio e Barcelona, eles encontram-se na mobilização dos moradores para defender seus interesses coletivos e direitos à cidade contra os projetos da cidade Olímpica e da prolongada marketização da cidade como uma marca”.

Ainda que o chamado “Modelo Barcelona” tenha funcionado como uma importante referência discursiva e técnica, os processos observados no Rio de Janeiro não podem ser atribuídos exclusivamente à sua influência. As transformações urbanas associadas aos Jogos Olímpicos de 2016 foram produzidas a partir de dinâmicas internas já existentes na cidade, marcadas por históricos processos de desigualdade socioespacial e seletividade dos investimentos públicos.

Assim, o que se observa no Rio não é apenas a reprodução de um modelo estrangeiro, mas a apropriação de uma lógica de mercantilização que já estruturava a produção do espaço urbano. Conforme aponta o RioOnWatch (2016), “copiar e colar um modelo de desenvolvimento urbano baseado em investimentos orientados para o mercado e marketing municipal nunca irá gerar uma cidade igualitária”, o que reforça que os limites do planejamento urbano não estão apenas nas referências, mas também nas próprias estruturas políticas e econômicas que orientam a produção da cidade.

3.2 O território urbano da Barra da Tijuca e o Parque Olímpico

A escolha da Barra da Tijuca como principal território de implantação dos Jogos Olímpicos de 2016 não foi aleatória. Trata-se de uma região historicamente associada à expansão imobiliária de médio e alto padrão no Rio de Janeiro, marcada por grandes glebas⁷ disponíveis, forte presença do capital privado e por um modelo de urbanização orientado à valorização da terra. Conforme destaca Mascarenhas (2016), embora projetos iniciais de candidatura tenham considerado outras áreas da cidade, a consolidação de uma lógica neoliberal de gestão urbana favoreceu a articulação entre o poder público e grandes interesses privados, elegendo a Barra da Tijuca como espaço preferencial para acolher o evento, incluindo a construção do Parque Olímpico nesta região (FIG. 15).

Glebas são porções de terra, em sua forma original, não subdivididas em lotes, frequentemente utilizadas como base para projetos de urbanização, expansão imobiliária ou grandes empreendimentos urbanos.

Figura 15- Ilustração do Parque Olímpico



Fonte: Map of Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/sal%C3%B5es-est%C3%A1dios-mapas/parque-ol%C3%ADmpico-mapa>.

Figura 16- Localização da Barra Olímpica



Fonte: G1/TV Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/02/barra-olimpica-rio-ganha-seu-166o-bairro.ghtml>

807/2010, institucionalizou uma nova centralidade urbana, abrangendo áreas da Barra da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá, articuladas por eixos viários estratégicos e pelo Centro Metropolitano. Essa redefinição territorial não apenas reorganizou o espaço físico, mas também contribuiu para a consolidação simbólica da região como vetor de modernização e crescimento urbano.

O Parque Olímpico, implantado em uma área de aproximadamente 1,18 milhão de metros quadrados na Barra da Tijuca, constituiu-se como eixo da realização dos Jogos Rio 2016. Segundo Mata, Sampaio e Oliveira (2024), a maior parte dos investimentos associados ao evento concentrou-se nesse território, com destaque para a adoção de parcerias público-privadas (PPPs) que viabilizaram a construção das principais instalações esportivas e infraestruturas de apoio. Essa concentração evidencia o papel estratégico atribuído ao Parque Olímpico no projeto urbano olímpico, tanto do ponto de vista funcional quanto econômico.

Os dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015) reforçam essa centralidade ao demonstrar que mais de 84% dos recursos previstos na Matriz de Responsabilidade dos Jogos foram destinados à região da Barra da Tijuca. A distribuição desigual dos investimentos (TAB. 2) evidencia o padrão seletivo da intervenção urbana, na qual determinadas áreas foram privilegiadas em detrimento de outras, reforçando a Barra como território prioritário da urbanização olímpica.

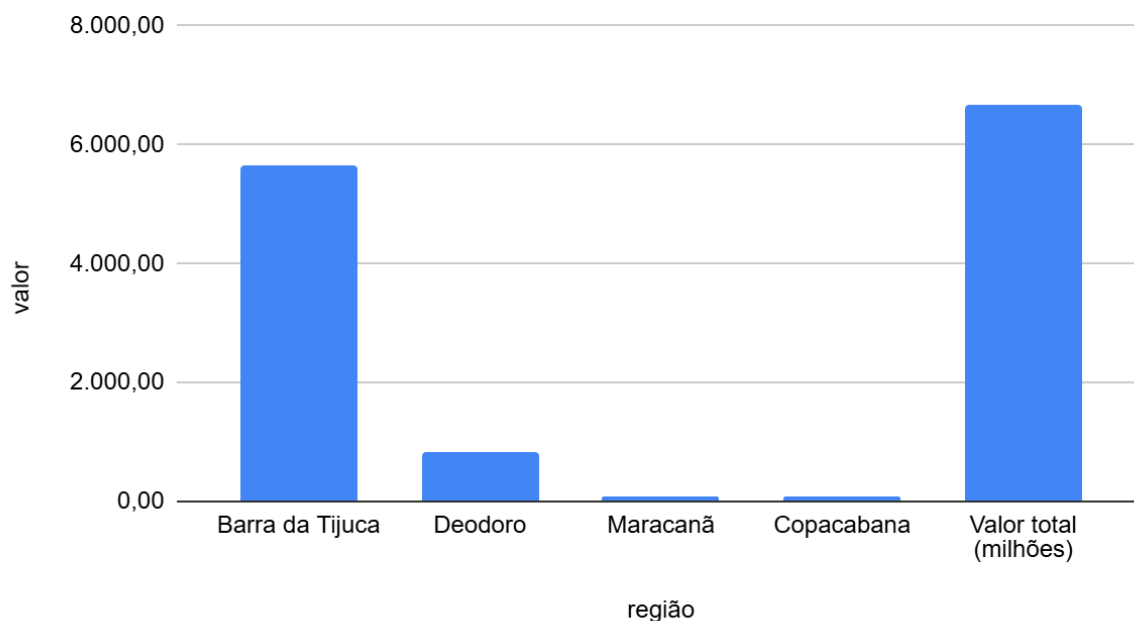
Tabela 2- Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015

Região	Barra da Tijuca	Deodoro	Maracanã	Copacabana	Valor Total (milhões)
Valor	5.650,662	846,31	98,5	74,3	6.669,772
%	84,72	12,69	1,48	1,11	100

Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), com base na Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio 2016 (agosto de 2015).

Gráfico 1- Matriz de responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015

valor investido x região

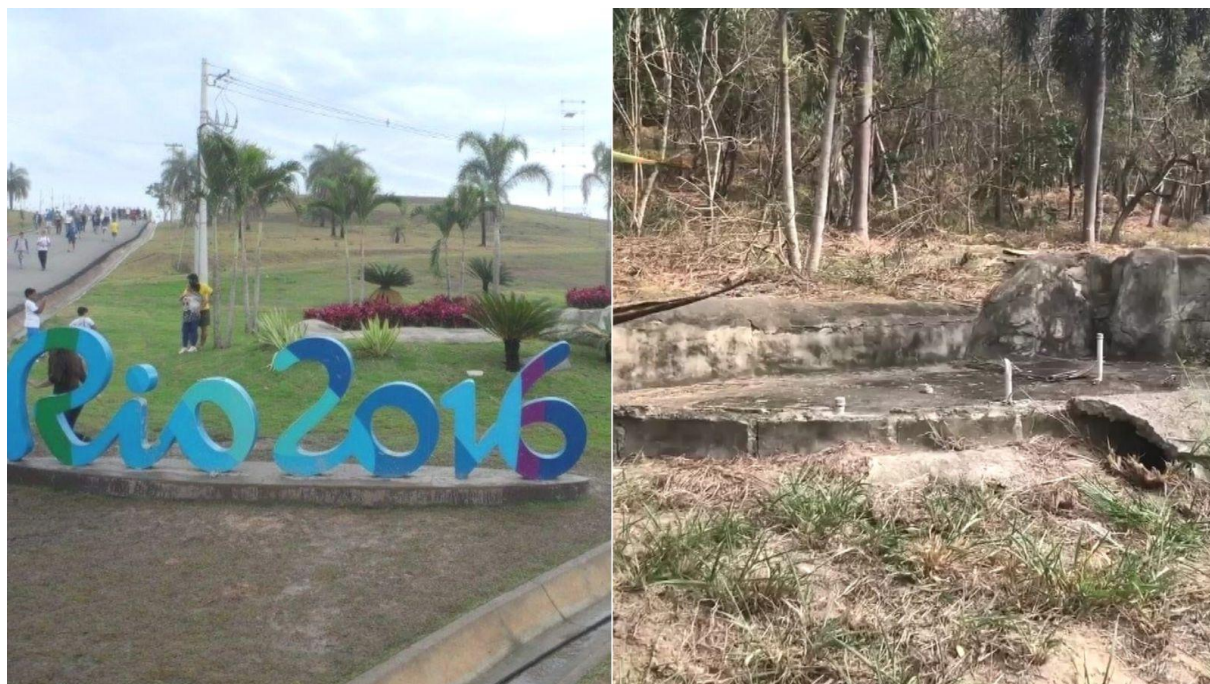


Fonte: elaborado pela autora, com base na Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio 2016 (agosto de 2015).

A TAB. 2 e o GRAF. 2 demonstram a concentração dos recursos previstos na Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos de 2016 na Barra da Tijuca, que obteve 84,72% do orçamento total destinado aos projetos diretamente relacionados ao evento. Em contraste, regiões como Maracanã e Copacabana, receberam conjuntamente menos de 3% dos recursos. Essa distribuição reforça a centralidade da Barra da Tijuca no projeto olímpico e revela uma seletividade territorial no direcionamento dos investimentos públicos, alinhada às estratégias de valorização imobiliária e expansão urbana da região.

Essa lógica de concentração espacial dos investimentos pode ser observada nas diferentes configurações urbanas produzidas pelos Jogos, com destaque para o contraste entre áreas de maior valorização e regiões periféricas (FIG. 18, 19 e 20).

Figura 18- antes e depois parque radical de Deodoro



Fonte: <https://www.band.com.br/noticias/bora-brasil/ultimas/legado-olimpico-parque-radical-de-deodoro-esta-abandonado-no-rio-202406260944> (2024)

Figura 19- Parque Olímpico



Fonte: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/galeria-de-fotos/parque-olimpico-da-barra-aereas-junho-de-2016>

Figura 20- Maracanã



Fonte: Erica Ramalho, <https://www.aecweb.com.br/revista/materias/olimpiadas-2016-qual-e-o-seu-legado/11156>

Além da função esportiva, o Parque Olímpico foi concebido desde sua origem como parte de uma estratégia mais ampla de reestruturação urbana e valorização imobiliária. Conforme aponta o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015), a conversão de aproximadamente 75% da área do Parque em empreendimentos residenciais de alto padrão após os Jogos já estava prevista nos arranjos institucionais e normativos do projeto, incluindo alterações na legislação urbanística que ampliaram o potencial construtivo da região. Dessa forma, o espaço olímpico se insere na lógica dos grandes projetos urbanos, nos quais a produção do espaço é orientada por expectativas de rentabilidade futura e pela articulação entre Estado e mercado imobiliário.

Assim, o território do Parque Olímpico pode ser compreendido como um espaço-chave da urbanização olímpica no Rio de Janeiro, no qual se articulam planejamento urbano, grandes investimentos públicos e privados e estratégias de valorização da terra. Essa caracterização é fundamental para compreender, nos próximos tópicos, como a apropriação espacial desse território se relaciona com processos mais amplos de gentrificação e especulação imobiliária.

3.2.1 Acerca da apropriação espacial e o contexto da gentrificação

Como discutido no capítulo teórico (Capítulo 1), a tríade lefebvriana permite compreender os diferentes níveis envolvidos na produção do espaço urbano. No caso

do território do Parque Olímpico, observa-se a predominância do espaço concebido no período pré-evento, expresso nos instrumentos de planejamento, nos projetos urbanos e nas expectativas de valorização imobiliária associadas à realização dos Jogos Olímpicos. Essa dimensão do espaço orienta a forma como o território é organizado e apropriado.

No período pós-evento, a análise do espaço vivido evidencia as contradições desse processo. A dificuldade de integração do Parque Olímpico às dinâmicas cotidianas da cidade, a subutilização de equipamentos e a ausência de benefícios concretos para as populações do entorno revelam o distanciamento entre o espaço planejado e as práticas sociais efetivas.

Neste contexto, o território é apropriado segundo estratégias de valorização e mercantilização do espaço urbano, orientadas pela lógica do modo de produção capitalista. Os megaeventos esportivos, enquanto fenômenos fortemente articulados ao turismo internacional, atuam como catalisadores desse processo ao redefinir o espaço urbano, produzir novas narrativas de cidade e criar condições favoráveis à atuação do capital imobiliário.

O empreendimento “Ilha Pura” (FIG. 21) constitui uma das materializações mais expressivas dessa lógica de valorização imobiliária no território da Barra Olímpica. Inicialmente, funcionou como residência temporária (Vila dos Atletas) para profissionais da delegação e atletas olímpicos; posteriormente, foi convertido em condomínio residencial de alto padrão. Segundo O'Donnell, Sampaio e Cavalcanti (2020, p.119) o condomínio “projetado a partir de um consórcio entre as empreiteiras Carvalho Hosken e Odebrecht, o condomínio ocupa um terreno de 820 mil m², no qual foram construídas 31 torres de 17 andares, divididas em apartamentos de alto padrão”. Para os autores, “o empreendimento nascia com pedigree olímpico, despontando como sinal da materialização de muitas das expectativas e disputas em torno de um Rio de Janeiro do futuro” (O'Donnell; Sampaio; Cavalcanti, 2020, p. 120).

Figura 21- Empreendimento Ilha Pura



Fonte: Ilha Pura Vendas. Disponível em: <https://ilhapuravendas.com.br/>

A figura acima evidencia a inserção do empreendimento na área atualmente formalizada como Barra Olímpica, território marcado por grandes projetos residenciais de alto padrão e equipamentos vinculados aos Jogos de 2016. Este contexto reforça a centralidade da região no projeto urbano associado aos Jogos de 2016, bem como o papel do turismo e dos megaeventos na redefinição e apropriação desse território.

A partir desse processo de valorização seletiva do território, é possível compreender a gentrificação não como um efeito secundário da urbanização, mas como parte do projeto urbano associado aos Jogos Olímpicos. Conforme argumentam De Marco, Santos e Möller (2020, p. 10–11), “mais do que embelezamento urbano, a gentrificação esconde uma série de interesses; mais do que econômica, a gentrificação é parte e parcela de um projeto político e ideológico do Estado e das elites”, reorganizando a função social dos espaços.

No contexto do Rio de Janeiro, esse processo está diretamente ligado à realização de megaeventos esportivos e à expansão do turismo, que criam as condições para a entrada do capital imobiliário em territórios estratégicos. Segundo os mesmos autores, “a chegada do capital imobiliário somente é possível com uma prévia militarização do espaço e programas de regulação de propriedade, assim como através da realização de eventos esportivos” (De Marco, Santos e Möller, 2020, p. 4). Dessa forma, a urbanização no período olímpico contribuiu para a produção de novas

áreas elitizadas, ao mesmo tempo em que redefine quem pode ou não permanecer nesses territórios.

Esse discurso de valorização e elitização aparece também de forma explícita na fala de agentes do mercado imobiliário. Em entrevista ao jornal O Globo, Carlos Felipe de Carvalho, presidente da Carvalho Hosken, ao ser questionado se a Barra continuaria sendo foco de novos investimentos imobiliários na cidade, o empresário afirma que a expansão da infraestrutura na Barra da Tijuca “acaba elitizando o produto. Então, a Barra será cada vez mais um bairro nobre da cidade”, reforçando a tendência de consolidação da região como bairro nobre (O Globo, 2024). Tal narrativa evidencia como a gentrificação é naturalizada como consequência inevitável do desenvolvimento urbano, ocultando seus efeitos excludentes e sua vinculação a estratégias de acumulação e valorização do solo urbano.

No período posterior aos Jogos Olímpicos, essa lógica ainda é observada. Segundo reportagem do jornal Exame (2024), desde o relançamento do empreendimento Ilha Pura, em agosto de 2024, o BTG Pactual investiu cerca de R\$ 220 milhões em obras de infraestrutura e revitalização do complexo. Tais investimentos são apresentados como parte de um “legado” a ser devolvido à cidade, conforme afirmação de representante do banco de que “ascender e devolver o Ilha Pura para os cariocas era um dos nossos objetivos” (EXAME, 2024). No entanto, a noção de “devolver aos cariocas” oculta o caráter seletivo dessa apropriação, uma vez que o acesso ao território permanece condicionado à capacidade econômica.

Dessa forma, a apropriação espacial do território do Parque Olímpico é associada aos processos de valorização imobiliária e de gentrificação, nos quais o turismo e os megaeventos operam como vetores estratégicos de produção e legitimação do espaço.

Em oposição e ao mesmo tempo, no contexto desse cenário de especulação, destacam-se dois casos, um direto e outro indireto, representados por dois espaços sociais segregados: direto, Vila Autódromo, e indireto, Cidade de Deus.

A Vila Autódromo, situada no entorno imediato do Parque Olímpico, constitui um caso emblemático de remoção direta vinculada à realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Inserida em uma área de interesse imobiliário, a comunidade foi alvo de pressões do poder público ao longo do processo de preparação do evento. Nesse contexto, a permanência dos moradores foi ameaçada; a presença de populações de

baixa renda era percebida como obstáculo à consolidação de uma imagem atrativa ao mercado.

De forma indireta, mas igualmente relevante, a Cidade de Deus também evidencia os efeitos do processo de reestruturação urbana associado aos Jogos. Conforme reportagem de Bacelar (2016), a localidade vizinha às instalações olímpicas da Barra da Tijuca apresentou crescimento de ocupações precárias durante o período de intensificação das obras. Caracterizado por tentativas de remoção por parte do poder público, além da ausência de políticas consistentes de urbanização. Ainda segundo a reportagem, a expansão dessas ocupações está relacionada tanto à dinâmica de especulação imobiliária nas áreas do entorno quanto à atração de trabalhadores para as obras do próprio megaevento, muitos dos quais permanecem em situação de desemprego após sua conclusão.

A análise conjunta desses dois casos evidencia que a produção do espaço urbano no contexto olímpico não ocorre de forma neutra, mas a partir de uma lógica seletiva de intervenção territorial. Enquanto a Vila Autódromo evidencia o processo de remoção direta associado à valorização imobiliária da Barra da Tijuca, a Cidade de Deus expõe os efeitos indiretos desse processo, marcados pela precarização habitacional, ameaças de remoção e permanência da segregação socioespacial. Em ambos os casos, observa-se que os megaeventos operam como instrumentos de reconfiguração urbana, articulando interesses públicos e privados na produção de uma cidade voltada à valorização do solo, ao turismo e à projeção internacional, em detrimento da permanência e do direito à cidade das populações de baixa renda.

3.3 Reconfiguração urbana na zona portuária do Rio de Janeiro: o Projeto Porto Maravilha e o Boulevard Olímpico

O Porto Maravilha, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, composto pelos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde, além dos três setores de bairros: São Cristóvão, Centro e Cidade Nova. O projeto teve início com a Lei complementar número 101, de 23 de novembro de 2009⁸, de autoria do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro, que estabelece o limite da Área de Especial Interesse Urbano

⁸ <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/101/lei-complementar-n-101-2009-modifica-o-plano-diretor-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-operacao-urbana-consorciada-da-regiao-do-porto-do-rio-e-da-outras-providencias>

(AEIU) (figura 22) e da área da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro. O projeto implementado tem como objetivo “promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto e adjacências, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região” (Lei Complementar n.º 101/2009, art. 2º).

O Boulevard Olímpico é a denominação pela qual ficou popularmente conhecida a Orla Guanabara durante o período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Segundo Rios e Oliveira (2019), trata-se de um passeio público que se estende por cerca de 3 km na nova Zona Portuária, resultante das obras do projeto Porto Maravilha, e que, em agosto de 2016, tornou-se um dos principais locais de eventos paralelos aos Jogos. A FIG. 22 retrata a área de interesse urbanístico da região portuária do Rio de Janeiro, onde se localiza o atual Porto Maravilha.

Figura 22- Área delimitada do Porto Maravilha



Fonte: Data Rio. <https://www.data.rio/datasets/aeiu-porto-maravilha/explore>

Em uma área de 5 milhões de m², a Operação Urbana envolve uma área adjacente situada no centro da Cidade do Rio de Janeiro, que, apesar de ser desvalorizada economicamente, possui alto potencial de valorização, tendo em vista a localização estratégica (FIG. 23) da região (Santos Junior, Werneck e Ramos Novaes, 2020).

Figura 23- Localização estratégica Porto Maravilha



Fonte: Site da Prefeitura do Rio de Janeiro.

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162118/projeto_porto_maravilha.pdf

Na figura 23 é possível perceber o quanto a localização é privilegiada, estando próxima aos principais aeroportos e aos pontos turísticos mais conhecidos do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar, Corcovado e o bairro Copacabana, além do principal estádio de futebol da cidade, o Maracanã. Essa localização privilegiada conferiu à zona portuária um papel estratégico no projeto de posicionamento internacional da cidade, tornando o território alvo de políticas de reestruturação urbana voltadas à produção de uma imagem positiva e competitiva da cidade.

No caso do projeto Porto Maravilha, a reconfiguração urbana foi planejada a partir da produção de equipamentos culturais, associados à proposta de retirar a região do “abandono” e torná-la um produto de atração turística.

Desde 2007, a cidade do Rio de Janeiro sediou sucessivos megaeventos, como os Jogos Pan-Americanos (2007), a Rio+20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e, por fim, as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016).

Rios e Oliveira (2019) chamam a atenção para a relação entre esses eventos e os projetos de revitalização urbana, destacando que, em 2001, foi lançado o Plano de Revitalização do Porto do Rio, antecedendo a escolha da cidade como sede do Pan de 2007.

Em uma coincidência cronológica significativa, o lançamento do Projeto Porto Maravilha, em 2009, ocorre no mesmo ano em que o Rio de Janeiro é escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, evidenciando a centralidade dos megaeventos como motivadores das políticas de reconfiguração do espaço urbano (Rios e Oliveira, 2019).

A fim de entender este projeto de renovação urbana, é necessário recorrer ao contexto histórico da região portuária do Rio de Janeiro. Desde o século XX, a região passou por um processo de reconfiguração urbana, relacionado à falta de investimentos por parte do poder público. A região foi ocupada por populações de baixa renda, havendo expansão das habitações informais. Diante deste cenário, foi difundida a imagem de uma região degradada e abandonada, sendo esse fator usado como justificativa para o projeto de reestruturação urbana (Santos Junior, Werneck e Ramos Novaes, 2020).

A zona portuária, segundo Rios e Oliveira (2019), foi socialmente construída a partir do comércio de negros escravizados ainda na época do Brasil Colônia. Foi o local onde mais desembarcaram escravizados na América do Sul. “O comércio escravagista alimentava todos os negócios existentes no entorno do referido Cais e, embora a prosperidade financeira desse comércio, a região, de forma inversa, era percebida como inóspita, insalubre, insegura e feia” (Rios e Oliveira, 2019, p.68).

Antigos escravizados e pessoas em situação de vulnerabilidade econômica se concentravam nessa região para negociar trabalho nos comércios próximos. A oferta de moradia era precária; com isso, surgiram muitos cortiços. Habitações estigmatizadas e associadas à desordem, mas que expunham as condições de vida de uma parte da população (Rios e Oliveira, 2019). As autoras também citam que a elite carioca desejava que a cidade estivesse dentro dos ideais europeus de civilização e exigia intervenções urbanas. Essa insatisfação sustentou a narrativa da modernização e a justificativa da necessidade de remover o que consideravam como causas dos problemas sociais, os moradores dos cortiços e suas habitações. Resultando na reforma urbanística conhecida como “bota baixo” na gestão de Pereira

Passos, que demoliu os cortiços e não atendeu às demandas dos moradores de permanecerem em locais próximos, muitos foram para locais afastados e morros, dando origem a algumas favelas do Rio de Janeiro (Rios e Oliveira, 2019).

Ademais, segundo Paradedda (2024, p. 102), “outro aspecto crucial para a configuração da região foi o surgimento do Morro da Favela (atual Morro da Providência), ocupado em 1897 por uma população de baixa renda formada, originalmente, por ex-combatentes da Guerra de Canudos”.

Diante do contexto que foi brevemente exposto, o Projeto Porto Maravilha, implantado em uma região que inicialmente portou atividades econômicas, mas que, a partir da década de 1960, se converteu em uma área de obsolescência e abandono, surgiu como oportunidade de reverter o estigma territorial de uma área associada à circulação de drogas ilícitas, prostituição e violência (Paradedda, 2024). Logo, esse histórico de estigmatização, abandono e intervenções construiu bases para que, atualmente, a região voltasse a ser alvo de grandes projetos urbanos no contexto dos megaeventos sediados no Rio de Janeiro.

O processo de produção da nova Zona Portuária resultou na construção de uma nova imagem da região no imaginário da população carioca, fortemente associada à massificação midiática dos megaeventos sediados na cidade desde 2007 (Rios e Oliveira, 2019). Segundo as autoras, esses eventos participaram da composição da identidade da Zona Portuária, a ponto da região ter se tornado popularmente conhecida como Boulevard Olímpico, e não Boulevard Maravilha.

A implantação do Boulevard Olímpico (FIG. 24 e 25), na Orla da Baía de Guanabara, tem relação explícita com os jogos de 2016. Segundo Oliveira e Rios (2019, p.71), o local “se estende por cerca de 3 km da nova Zona Portuária ,após as obras resultantes do projeto Porto Maravilha e que, em agosto de 2016, tornou-se um dos principais locais dos eventos que estavam acontecendo na cidade do Rio de Janeiro”.

Em entrevista publicada no site⁹ da Prefeitura do Rio de Janeiro, o secretário de turismo Antonio Pedro Figueira de Mello apontou que o objetivo do projeto é funcionar como ponto de encontro, onde o público poderia ver a transformação urbana da região do Porto e visitar os novos e antigos atrativos, integrando também a cidade

⁹ Site da prefeitura, notícias: <https://www.ccpa.rj.gov.br/noticias/19744/>

com os jogos. Tal discurso reforça a narrativa institucional de integração urbana para legitimar grandes projetos de reestruturação territorial.

Figura 24- Ilustração do Boulevard Olímpico



Fonte: <https://aosviajantes.com.br/boulevard-olimpico-e-casas-dos-paises/>

Figura 25- Boulevard Olímpico



Fonte: Alexandre Macieira | Riotur

A figura acima é uma ilustração com algumas das atrações do Boulevard Olímpico durante as Olimpíadas de 2016. De acordo com Monteiro (2023, p.3), “coube

ao bulevar a função de ‘sala de visitas’ da cidade olímpica, abrigando atividades artísticas e culturais e espaço de exibição das marcas de grandes empresas patrocinadoras do evento”.

A criação do Boulevard, orientada pela valorização simbólica e econômica da zona portuária, esteve associada à instalação de equipamentos culturais, espaços de convivência e atrações turísticas, visando promover a região como novo polo de visitação na cidade. Conforme destacam Rios e Oliveira (2019), esse processo foi acompanhado por um planejamento voltado à indução e manutenção de fluxos turísticos, no qual o turismo atua como elemento fundamental para conferir visibilidade aos novos equipamentos urbanos.

Diante desse contexto, torna-se fundamental analisar como essa reconfiguração territorial na zona portuária, ancorada nos megaeventos e na produção de uma nova imagem urbana, se articula a processos de apropriação espacial, valorização imobiliária e gentrificação, discussão que será desenvolvida na seção seguinte.

3.3.1 Apropriação do espaço urbano, gentrificação e especulação imobiliária na zona portuária

Para compreender as intervenções urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro, é necessário situá-las dentro das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se materializam no espaço ao longo do tempo histórico (Melo e Pacheco, 2019, p. 204); ainda segundo os mesmos autores, tais processos são condicionados por disputas na arena política e efetivados, em última instância, pelo Estado. Nesse sentido, as intervenções do espaço urbano seguem interesses específicos, resultados dessas disputas políticas, logo, não necessariamente representam o desejo da população, sendo orientadas pela lógica capitalista.

A partir desse entendimento, observa-se que a cidade passa a ser concebida como produto e mercadoria, direcionada ao consumo de um público específico e qualificado. A promoção de cidades competitivas no circuito econômico global se ancora não apenas na comercialização de seus espaços físicos, mas também na produção simbólica e discursiva, sustentada pela venda de uma imagem urbana favorável, capaz de atrair investidores e consumidores (Melo e Pacheco, 2019). Sendo assim, é vendida uma imagem que espetaculariza o destino e que,

consequentemente, tenta “mascarar” e esconder por trás dessa figura favorável as mazelas contidas no processo de reestruturação urbana.

Neste contexto se dá a noção de cidade-espetáculo, na qual infraestrutura inovadora, gestão urbana e imagem se articulam para inserir o patrimônio histórico e cultural nos fluxos econômicos; os museus, aquários, grandes obras viárias e espaços renovados passam a ser utilizados como símbolos para promover cidades no mercado competitivo internacional (Melo e Pacheco, 2019). No entanto, esse processo não ocorre isoladamente, tendo também a mídia um papel fundamental na disseminação dessa imagem construída. Segundo Melo e Pacheco (2019, p. 220), “a grande imprensa e a mídia em geral tornam-se predominantes porta-vozes na veiculação da virtuosidade das intervenções para toda a população”.

Inserido nesse contexto mais amplo de mercantilização do espaço urbano, o projeto Porto Maravilha constitui um exemplo emblemático dessa lógica na cidade do Rio de Janeiro. A região que é resultado de parceria público-privada é “administrada pelo Consórcio Porto Novo (composto pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), responsável pela execução do projeto” (Melo e Pacheco, 2019, p. 222). A operação urbana consorciada privilegiou a cultura enquanto mercadoria, voltando-se a um perfil específico de consumidor que não contempla a população local historicamente residente.

O Boulevard Olímpico, principal intervenção do projeto, foi concebido como um enclave turístico desconectado de sua vizinhança imediata, contrariando a promessa de integração urbana (Monteiro, 2023). Ademais, o boulevard é uma das principais intervenções do projeto Porto Maravilha.

Paralelamente às transformações físicas do território, intensificaram-se processos de remoção e exclusão social. O projeto promoveu deslocamentos forçados e ignorou demandas básicas da população local (Letieri, 2017).

No debate sobre a relação entre turismo e renovação urbana, Paes (2017) destaca que a preservação patrimonial muitas vezes se articula a dinâmicas de gentrificação e transformação socioespacial, indicando as tensões entre usos tradicionais e mercantilização do território. Ademais, observa-se um processo de apagamento da memória negra da região, historicamente marcada pela Pequena

África¹⁰ e pelo Cais do Valongo. Segundo Nelson (2019), o projeto Porto Maravilha contribuiu para o embranquecimento da história local e para a invisibilização da população de baixa renda, priorizando empreendimentos comerciais em detrimento da habitação social, tendo em vista que o local abriga a primeira favela do Rio, o Morro da Providência, e a Pequena África.

Conforme Nelson (2019), recursos originalmente destinados a obras em favelas do local durante a administração de Eduardo Paes, tais como os R\$ 112,3 milhões inicialmente reservados para o Morro do Pinto, foram redirecionados para a construção do Museu do Amanhã. Fato que evidencia o foco turístico e mercantil, que não valorizou demandas locais.

Nesse sentido, a instalação de grandes equipamentos culturais reforça a lógica da cidade enquanto mercadoria, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, convertendo o espaço público em cenário turístico e instrumento de valorização imobiliária (Melo e Pacheco, 2019). Sob o governo do prefeito, Marcello Crivella, 75% dos recursos totais investidos em cultura na região foram destinados somente a duas iniciativas, focadas no turismo, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, que, combinados, custaram R\$ 686 milhões aos cofres públicos (Nelson, 2019).

Desse modo, a apropriação do espaço urbano na zona portuária evidencia a contradição entre valor de uso e valor de troca, entre apropriação social e dominação econômica (Melo e Pacheco, 2019). A especulação imobiliária constitui um dos principais mecanismos desse processo, operando a partir da retenção estratégica da terra urbana e da expectativa de valorização futura. No caso da zona portuária, os investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos culturais funcionaram como catalisadores da elevação dos preços dos imóveis, beneficiando agentes do mercado imobiliário e grandes investidores. Esses processos produzem impactos concretos sobre a permanência e o cotidiano da população local, temática que será aprofundada no próximo capítulo.

¹⁰ Centro cultural para a comunidade afro-brasileira e local de origem de diversos quilombos urbanos (Nelson, 2019).

4. APROPRIAÇÃO ESPACIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Até aqui, o trabalho discutiu os processos de apropriação espacial e mercantilização do espaço urbano, aplicados ao contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Neste capítulo, serão discutidos os impactos socioculturais decorrentes desses processos anteriormente analisados.

4.1 Reflexões sobre o mito do legado após os Jogos Olímpicos de 2016

A apropriação espacial no contexto do Rio de Janeiro olímpico gerou desdobramentos na cidade. Os impactos associados a esse processo, expressos nas remoções de comunidades e nas lutas por permanência dos moradores locais, revelam aspectos centrais do chamado legado dos Jogos Olímpicos de 2016, “termo utilizado para designar os (esperados) efeitos “positivos” que a organização de tais eventos possam propiciar ao local que os recepciona” (Toledo, Grix e Bega, 2015, p.41).

É importante refletir acerca do que os megaeventos deixam nas cidades onde são realizados, especialmente quando se considera o ponto de vista das comunidades locais. Para além do discurso oficial sobre desenvolvimento e modernização, torna-se necessário questionar quais são os legados reais produzidos por esses eventos e quais impactos recaem sobre as populações diretamente afetadas. Nesse contexto, analisa-se o legado dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, buscando problematizar as promessas associadas ao evento a partir das experiências das populações locais.

A ideia de legado ocupou posição central nos discursos oficiais relacionados aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, sendo frequentemente apresentada como principal justificativa para a realização do evento. Por parte do poder público, difundiu-se a narrativa de que o megaevento deixaria impactos positivos duradouros para a cidade, especialmente no que diz respeito aos benefícios que seriam direcionados às comunidades locais.

Segundo Magalhães (2013), a ideia de legado usada como justificativa se adapta ao contexto das intervenções que visavam preparar a cidade para os megaeventos esportivos, como a Copa em 2014, mas principalmente os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, o discurso do legado passa a operar como

elemento legitimador de profundas transformações urbanas, incluindo intervenções que afetaram de maneira direta os territórios populares.

Nesse sentido, Magalhães (2013) traz a ideia de “repertório das remoções” para compreender a forma como as intervenções urbanas passaram a ser justificadas no Rio de Janeiro durante o período de preparação para os megaeventos esportivos. Segundo o autor, observa-se uma mudança significativa no discurso oficial, na qual o termo “remoção” deixa de ser utilizado abertamente, sendo substituído por expressões como “reassentamento” e pela ideia de “legado”. No entanto, essa mudança de discurso não significa o fim das práticas de remoções, mas sim uma de suas formas de legitimizar tais práticas, agora apresentadas como necessárias para o desenvolvimento urbano e para os benefícios futuros prometidos pelos Jogos Olímpicos.

As remoções de comunidades localizadas em áreas estratégicas no contexto do Rio Olímpico evidenciam um caráter controverso do legado dos Jogos. Entre os casos mais emblemáticos, destaca-se a Vila Autódromo, cuja trajetória evidencia as disputas territoriais associadas ao processo de urbanização olímpica. Nesse sentido, convém destacar o caso da Vila Autódromo (FIG. 25), que “foi uma das várias favelas que sofreram o processo de remoção [...] localizada em área limítrofe entre Jacarepaguá e Barra da Tijuca, área de forte interesse do mercado imobiliário” (Gonçalves e Vale, 2019, p. 445).

Figura 26- Antes e depois Vila Autódromo



Fonte: NBC News

Como discutido no capítulo anterior, a centralidade assumida pela Barra da Tijuca na preparação para os Jogos Olímpicos esteve diretamente relacionada à sua valorização imobiliária. Nesse contexto, a intensificação de investimentos públicos e privados na região não apenas promoveu transformações infraestruturais, mas também aprofundou dinâmicas de mercantilização do espaço. Favelas situadas em seu entorno, como a Vila Autódromo, tornaram-se alvo de intervenções que, sob o discurso da modernização e do legado, contribuíram para um processo de urbanização marcado pela segregação socioespacial.

A percepção dos moradores da Vila Autódromo revela uma contradição significativa entre o discurso institucional e a experiência vivenciada no território. Conforme destacam Bertuzzi e Cardoso (2023, p. 26), “ao contrário do que foi amplamente divulgado pela mídia e pelos governantes, a proposta de legado não existe”.

Além disso, ao analisarem o período posterior aos Jogos, os autores identificam problemas relacionados à baixa utilização do Parque Olímpico, à descontinuidade de atividades públicas e à limitação do acesso às estruturas construídas para o megaevento. A percepção dos moradores é sintetizada na seguinte citação:

Para eles, o local é utilizado somente por moradores privilegiados que moram de frente. Segundo os moradores, caso a estrutura fosse voltada a todas as classes sociais, o espaço estaria funcionando com eventos destinados às comunidades, utilizando as piscinas e espaços para treinamentos. Os entrevistados têm o conhecimento de que algumas ações até existem, como aulas de judô e academia pública, porém, quando há um evento de grande porte, estes usos são paralisados. Inclusive, as poucas atividades realizadas no local são pouco divulgadas, resumindo-se unicamente a avisos em cartazes anexados ao portão principal do Parque (Bertuzzi e Cardoso, 2023, p. 25).

Dessa forma, o Parque Olímpico não é entendido como um espaço de lazer público, mas como uma estrutura que privilegia eventos de caráter comercial. Tal percepção reforça a compreensão de que o legado olímpico se consolidou de maneira seletiva, priorizando a lógica do capital e da valorização imobiliária em detrimento das necessidades das populações locais.

Se, sob a perspectiva dos moradores, o processo de preparação para a Rio 2016 foi marcado por deslocamentos, reconfigurações e redefinições do uso do território, o cenário observado oito anos depois indica que essa lógica não se encerra

com o fim do evento. Ao contrário, ela se consolida na forma como o chamado “legado” é incorporado à cidade.

De acordo com levantamento do G1 (2024), parte das estruturas olímpicas foi reativada, mas predominantemente sob orientação voltada ao entretenimento, ao turismo e à valorização imobiliária. O Parque Olímpico, que sedia eventos como o Rock in Rio, exemplifica essa questão: o espaço concebido sob o discurso do interesse público passa a operar como suporte para grandes espetáculos e ativações periódicas, integrando-se a circuitos de consumo e projeção internacional da cidade. Simultaneamente, arenas permanecem ociosas ou subutilizadas, evidenciando que o investimento não resultou em integração estrutural e contínua ao cotidiano urbano (G1, 2024).

A mesma lógica pode ser observada na antiga Vila dos Atletas, convertida em empreendimento imobiliário (Ilha Pura). O que se apresentou como legado habitacional assume, na prática, a forma de ativo inserido na dinâmica de valorização imobiliária. De modo parecido, o Campo Olímpico de Golfe, embora formalmente público, estabelece barreiras econômicas relevantes ao acesso; a mensalidade gira em torno de R\$ 450 a R\$ 800 (G1, 2024), limitando a fruição do equipamento a classes sociais específicas da população.

Além disso, a permanência da Estação Gávea inacabada desde 2015, bem como o não cumprimento da meta de despoluição da Baía de Guanabara, reforça a distância entre o discurso de modernização urbana e sua efetiva materialização (G1, 2024).

Nesse sentido, o legado olímpico pode ser compreendido como etapa de um processo mais amplo de urbanização turística, no qual o território é reconfigurado para atender à lógica da visibilidade global, da atração de investimentos e da intensificação de usos voltados ao consumo. A cidade produzida pelo megaevento não se orienta prioritariamente pela universalização do acesso ou pela centralidade das demandas cotidianas dos moradores, mas pela inserção competitiva no circuito das cidades-espetáculo. Assim, a experiência vivida pela população durante a preparação dos Jogos encontra continuidade na forma como o espaço é apropriado e funcionalizado no pós-evento.

O legado olímpico evidencia a continuidade do modelo de cidade implementado durante a preparação dos Jogos. As transformações observadas indicam que o

território foi reconfigurado prioritariamente para fortalecer a projeção internacional do Rio de Janeiro, atrair investimentos e ampliar atividades vinculadas ao entretenimento, ao turismo e ao mercado imobiliário. A centralidade das demandas cotidianas dos moradores não se apresenta como eixo estruturante desse processo. Assim, a racionalidade urbana que estruturou a preparação dos Jogos permanece ativa no pós-2016, consolidada na forma de usos voltados ao turismo, ao consumo e à valorização imobiliária. Nesse sentido, discutir o legado olímpico exige ultrapassar a análise das obras realizadas e considerar quem permaneceu na cidade transformada e em quais condições permaneceram. É nesse contexto que se inserem os processos de segregação socioespacial e os impactos culturais decorrentes das remoções realizadas durante a preparação para os Jogos.

4.2 Segregação socioespacial e impactos culturais das remoções

Embora as remoções sejam frequentemente discutidas a partir de seus efeitos materiais, é importante reconhecer que seus desdobramentos ultrapassam essa dimensão. A remoção de comunidades em decorrência dos processos de urbanização também produz impactos culturais, ao interferir em memórias coletivas, formas de sociabilidade e experiências construídas no território. Nesse contexto, remover comunidades é também alterar relações sociais e enfraquecer identidades historicamente vinculadas ao lugar.

Essa dimensão pode ser entendida pela relação entre memória, identidade e lugar. Segundo Sandra Pesavento (2008, p. 4):

Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade.

A partir dessa perspectiva, entende-se que a identidade é construída por meio das experiências, das relações sociais e dos vínculos estabelecidos com o território. Dessa forma, ela não se constitui de maneira dissociada do espaço em que essas relações são produzidas, uma vez que este não se configura apenas como suporte

para habitação, mas também como lugar de memória coletiva, de pertencimento e de produção de significados culturais.

Essa compreensão também se relaciona ao conceito de identidade. Conforme Pesavento (2008), as identidades, enquanto sensação de pertencimento, constituem construções simbólicas elaboradas a partir de elementos concretos da experiência social, como hábitos, práticas, acontecimentos e lugares. Nesse sentido, a identidade não se restringe a uma dimensão subjetiva ou individual, mas se materializa nas relações cotidianas e nas práticas sociais desenvolvidas no espaço urbano. Assim, os territórios ocupados pelas comunidades tornam-se referências para o reconhecimento coletivo e para a continuidade de vínculos sociais e culturais ao longo do tempo.

Bastos (2012, p.85) “A temática do patrimônio, memória, direitos culturais e território tem em comum o sentimento de ‘pertença’, ou seja, qualquer que seja o viés da abordagem, este atributo estará sempre presente”. Segundo Assumpção e Castral (2022), a identidade é produzida nas interações sociais e nas experiências vividas em determinados contextos espaciais. A partir desse processo, os indivíduos desenvolvem vínculos com grupos e lugares, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o engajamento na continuidade das práticas culturais e na preservação das memórias compartilhadas.

Nesse sentido, os impactos decorrentes das remoções ultrapassam as problemáticas relacionadas ao espaço físico e alcançam dimensões simbólicas relacionadas à permanência dos vínculos territoriais. Ao deslocar comunidades de seus espaços historicamente apropriados, alteram-se também relações sociais, práticas cotidianas e referências coletivas construídas ao longo do tempo.

Ao observar o caso da Vila Autódromo, torna-se possível compreender de forma mais concreta como os impactos culturais das remoções se materializam no cotidiano das comunidades afetadas. Como evidenciam Gonçalves e Vale (2019), o processo de remoção da Vila Autódromo durante a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016 envolveu não apenas o deslocamento físico das famílias, mas também a desestruturação de relações sociais, a fragmentação de vínculos comunitários e a produção de um cenário de intensa pressão institucional e psicológica sobre os moradores.

Além dos efeitos sobre o espaço construído, os relatos apresentados pelos autores indicam impactos sobre as relações familiares e comunitárias. Divergências

em torno da permanência ou aceitação das propostas de remoção provocaram tensões entre moradores, resultando na fragmentação de vínculos anteriormente consolidados.

Nesse processo, há uma reconfiguração forçada do território, na qual práticas cotidianas, memórias coletivas e referências de pertencimento são desestabilizadas. Ainda segundo os autores, estratégias de negociação individual, assédio institucional e destruição física do espaço foram utilizadas de forma simultânea, contribuindo para enfraquecer a capacidade de resistência coletiva e produzir rupturas no tecido social da comunidade.

De forma complementar, Arruda (2011), ao analisar processos de remoção de favelas a partir da percepção de moradores removidos, destaca que a remoção de comunidades envolve processos de (re)construção identitária no novo espaço, nos quais os sujeitos passam a reinterpretar suas relações com o território a partir das novas condições de moradia. Nesse sentido, a identidade não se dissocia do espaço vivido, sendo continuamente produzida a partir das interações sociais e das memórias coletivas que estruturam o pertencimento.

A partir dessas contribuições, é possível compreender que os processos de remoção não atuam apenas como intervenções pontuais no espaço urbano, mas como mecanismos que reconfiguram dinâmicas sociais e formas de apropriação do território. Seus efeitos ultrapassam o deslocamento físico e incidem sobre os modos de vida construídos no cotidiano, alterando relações de convivência, redes de apoio e formas de inserção social. Sob essa perspectiva, a segregação socioespacial não se expressa apenas pela redistribuição desigual da população no espaço urbano, mas também pela ruptura de vínculos simbólicos e pela descontinuidade de experiências coletivas historicamente constituídas nos territórios afetados.

A análise da Vila Autódromo permite compreender que os impactos das remoções extrapolam a perda material da moradia e alcançam dimensões relacionadas à memória, ao pertencimento e à continuidade das formas de vida construídas coletivamente no território. Conforme observado por Gonçalves e Vale (2019), o processo de remoção produziu fragmentação de vínculos familiares e comunitários, além de estratégias que contribuíram para o enfraquecimento da resistência coletiva. Nesse contexto, o território deixa de ser compreendido apenas como localização física e passa a ser entendido como espaço de produção social e

simbólica, no qual se constituem identidades, práticas cotidianas e referências compartilhadas. A memória também é usada como resistência em iniciativas como o Museu das Remoções, museu de território localizado na Vila Autódromo, fundado como estratégia de permanência, criado no Dia dos Museus (18 de maio) em 2016, com o objetivo de preservar a memória de pessoas removidas e ser um meio de resistência para todos que sofressem ameaças de remoção, sendo a memória seu maior instrumento de luta. A construção contou com apoio de alunos do curso de arquitetura e urbanismo; foram construídas esculturas com materiais dos escombros, como a escultura em homenagem a Maria da Penha (FIG. 25) que teve sua casa removida no Dia Internacional da Mulher; escultura em homenagem ao parquinho onde as crianças brincavam (FIG. 26); escultura em homenagem ao centro de Candomblé (FIG. 27) da comunidade e outras que representam a história do território (O museu das remoções, [s.d.]).

Figura 27- Penha de muitas faces



Fonte: Museu das Remoções.

Figura 28- Doce infância



Fonte: Museu das Remoções.

Figura 29- Vila de Todos os Santos



Fonte: Museu das Remoções.

Iniciativas como essas evidenciam que, mesmo diante das transformações impostas, a memória também se torna uma forma de resistência e de disputa pelo direito de permanecer na cidade. Assim, a segregação socioespacial associada ao

contexto olímpico não se restringe à redistribuição desigual da população no espaço urbano, mas manifesta-se também na ruptura de pertencimentos e na reconfiguração das experiências coletivas historicamente produzidas nesses territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta monografia, foram abordados os aspectos da urbanização turística e da mercantilização do espaço envolvidos na preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, entendendo de que maneira esse processo se materializou nos territórios do “Rio Olímpico”. Para isso, foram analisadas bibliografias especializadas, documentos oficiais, reportagens e estudos de caso, o que permitiu examinar as intervenções urbanas realizadas nesse contexto e seus desdobramentos sobre os territórios investigados.

A pesquisa permitiu compreender que o turismo se insere na lógica capitalista da produção do espaço e possui grande relevância nesse contexto, sendo parte de estratégias utilizadas para suprir as demandas de consumo e de valorização do espaço, podendo interferir tanto na configuração do espaço quanto nas relações sociais e econômicas estabelecidas nos territórios. Nesse sentido, conforme afirma Coriolano (2006), o turismo atende às demandas do capital, acentuando as desigualdades sociais.

A partir da tríade proposta por Lefebvre (2000), foi possível identificar a predominância do espaço concebido, especialmente durante o período pré-evento, marcado pelo planejamento dos projetos urbanos, pelas expectativas de legado e pela valorização imobiliária, em detrimento do espaço vivido, que corresponde aos territórios envolvidos e às pessoas que vivem nesses espaços e que sofreram os impactos de um planejamento segregador, desencadeador de exclusões e remoções, na tentativa de retirar o direito à cidade dessas pessoas, como foi o caso da Vila Autódromo, citada ao longo do texto. Evidenciando, assim, a desconexão entre o planejado (concebido) e o vivido.

Por meio dos dados apresentados, torna-se perceptível a centralidade da Barra da Tijuca, área onde mais se concentraram os recursos, constituindo-se como a “vitrine” do megaevento, espetacularizada para servir de cenário global. Da mesma forma, o Porto Maravilha evidenciou um processo de requalificação urbana voltado à valorização do espaço e à atração de investimentos, reforçando a lógica de mercantilização analisada ao longo desta pesquisa. Logo, conclui-se que o espaço concebido e todos os seus impactos no espaço vivido não foram decorrentes de erros no planejamento, mas sim o contrário disso: foram resultado de um modelo de planejamento urbano que privilegiou a expansão do mercado imobiliário e a

valorização do capital em detrimento das necessidades das populações locais, que não possuem a oportunidade de participar e opinar no planejamento da cidade em que vivem.

O chamado legado olímpico não se concretizou da forma como foi anunciado nas campanhas e nos discursos oficiais, mas se materializou de maneira desigual entre os diferentes segmentos da sociedade. As promessas de desenvolvimento urbano e de benefícios duradouros para a cidade contrastam com os resultados observados, que evidenciam que as principais transformações favoreceram, sobretudo, mercado imobiliário e os demais agentes econômicos envolvidos nesse processo. A conversão da Vila dos Atletas no condomínio residencial Ilha Pura constitui um exemplo dessa contradição, uma vez que um equipamento concebido como parte do legado olímpico passou a integrar a dinâmica de valorização imobiliária. Em contrapartida, comunidades situadas no entorno vivenciaram os impactos negativos desse processo, marcados pela segregação socioespacial, pelas remoções, pela gentrificação e pelo enfraquecimento de seus vínculos territoriais. Dessa forma, evidencia-se o caráter seletivo do legado olímpico, cujos benefícios foram distribuídos de forma desigual, em contraste com a imagem amplamente difundida pelas campanhas publicitárias e pelos discursos de promoção do evento.

Além disso, a pesquisa evidenciou que o Estado desempenhou papel central na consolidação desse modelo de cidade, atuando não apenas como responsável pela execução das intervenções urbanas, mas também como promotor de uma imagem estratégica do Rio de Janeiro no cenário internacional. Os elevados investimentos em publicidade e propaganda destinados à promoção dos Jogos Olímpicos demonstram que a construção da "cidade-vitrine" constituiu parte fundamental desse processo. Enquanto recursos públicos foram direcionados para fortalecer a inserção competitiva do Rio de Janeiro no mercado global, persistiram desigualdades e demandas urbanas relacionadas ao transporte, à educação, à saúde, à segurança, à acessibilidade e ao direito à cidade, evidenciando a prioridade conferida à projeção internacional em detrimento das necessidades cotidianas da população local.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as reflexões acerca da relação entre turismo, produção do espaço e megaeventos esportivos, evidenciando que as transformações urbanas promovidas em prol do

desenvolvimento e do legado devem ser analisadas de forma crítica, considerando não apenas os benefícios econômicos anunciados, mas, sobretudo, os impactos sobre os territórios e as populações que neles vivem, frequentemente ocultados pelo discurso de espetacularização do evento. Nesse sentido, torna-se fundamental que o planejamento urbano esteja comprometido com o direito à cidade, a participação social e a redução das desigualdades, de modo que os interesses coletivos prevaleçam sobre a lógica de valorização do capital. Da mesma forma, espera-se que o planejamento de megaeventos e das atividades turísticas esteja orientado para um turismo que contribua efetivamente para o desenvolvimento local, fortaleça a economia local e promova a inclusão das populações residentes, em vez de priorizar exclusivamente a atração de fluxos turísticos massivos e a valorização mercadológica dos territórios.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A primeira refere-se ao recorte espacial adotado, que concentrou a análise nos territórios da Barra da Tijuca e do Porto Maravilha, não abrangendo as demais zonas olímpicas, como Maracanã e Deodoro, que também passaram por transformações decorrentes dos Jogos Olímpicos de 2016. A segunda diz respeito à opção teórico-metodológica de concentrar a análise nas categorias espaço concebido e espaço vivido da tríade proposta por Lefebvre (2000), priorizando a compreensão das relações entre o planejamento urbano e as vivências das populações afetadas, sem aprofundar a categoria espaço percebido. Por fim, a pesquisa não contemplou a realização de trabalho de campo nos territórios analisados, em razão da distância geográfica entre a pesquisadora e o objeto de estudo, fundamentando-se, portanto, em pesquisa bibliográfica, documental e estudos de casos múltiplos.

A partir das limitações identificadas nesta pesquisa, recomenda-se que estudos futuros ampliem a análise para as demais zonas olímpicas do Rio de Janeiro, especialmente Maracanã e Deodoro, de modo a possibilitar uma compreensão mais abrangente dos impactos socioespaciais decorrentes dos Jogos Olímpicos de 2016 e ampliar as discussões sobre os diferentes processos de transformação urbana ocorridos nesses territórios.

REFERÊNCIAS

A BARRA SERÁ CADA VEZ MAIS UM BAIRRO NOBRE DA CIDADE” – Entrevista | Alex Veiga, CEO da Patrimar, e Carlos Felipe de Carvalho, presidente da Carvalho Hosken. **Valor, O Globo**, 2024. Disponível em:

<https://valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor/noticia/2024/04/05/a-barra-seracada-vez-mais-um-bairro-nobre-da-cidade.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2025

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, 2022. Disponível em:

periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em: 24 jun. 2026.

BARCELAR, Carina. Parte mais pobre da Cidade de Deus cresceu com as obras dos Jogos. **O globo Rio**, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/parte-mais-pobre-da-cidade-de-deus-cresceu-com-as-obras-dos-jogos-20008710>. Acesso em: 17. mai 2026

BASTOS, Rossano Lopes. **Patrimônio, memória, direito cultural e território**. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (org.). Patrimônio cultural, territórios e identidades. Florianópolis: Atilênde, 2012. p. 85–104.

BERTUZZI, F.; CARDOSO, G. (2023). Percepção e observação do ambiente: investigação do legado olímpico. **LADEE**, 4(2), 21–32. Disponível em: <https://doi.org/10.17981/ladee.04.02.2023.2>. Acesso em: 01 jul. 2026

BRASIL, Amíria Bezerra et al. *Segregação residencial em Fortaleza: o caso dos condomínios fechados*. In: **ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA**, 17., 2011, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2011. Acesso em: 20 mai. 2026

BOECKEL, Cristina *et al.* **Parques em alta, viagens mais rápidas, áreas ociosas e estação alagada: como está o legado olímpico 8 anos depois da Rio 2016**. *g1*, Rio de Janeiro, 28 jul. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/olimpiadas/paris-2024/noticia/2024/07/28/o-legado-olimpico-8-anos-depois-da-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2026.

CABRAL, Joilson Assis; CABRAL, Maria Viviana de Freitas; SILVA, Thandara Maria Kathleen da. IMPACTOS ECONÔMICOS REGIONAIS E INTER-REGIONAIS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS SEDIADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 34, n. 66, 2016. DOI: 10.22456/2176-5456.52812.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/52812>. Acesso em: 1 dez. 2025.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO.

Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro – Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão. Rio de Janeiro, 2015.

CORIOLOANO, M. T. Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. **América Latina: cidade, campo e turismo - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **América Latina: cidade, campo e turismo - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

DE MARCO, C. M.; SANTOS, P. J. T.; MÖLLER, G. S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Santa Catarina, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FALBO, Nicolle Paes. **Produção do espaço na Barra da Tijuca**. 2024. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Gestão Pública Para O Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/23890>. Acesso em: 13. dez.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; COSTA, Ademir Araújo da. A RACIONALIDADE DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM ÁREAS DEPRIMIDAS: o espaço produzido para o visitante. **Mercator**, Fortaleza, v. 6, nov. 2008. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/122>. Data de acesso: 17 out. 2025.

FURLAN, Letícia. Como a Vila dos Atletas, das Olimpíadas, saiu de elefante branco a bairro de R\$ 4 bilhões. Exame, 17 jul. 2025. Disponível em: <https://exame.com/mercado-imobiliario/como-a-vila-dos-atletas-das-olimpiadas-saiu-de-elefante-branco-a-bairro-de-r-4-bilhoes/>. Acesso em: 18 Dez. 2025.

GONÇALVES, Rafael Soares; VALE, Josiane do. REMOÇÕES E MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 441–455, 25 Jul 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11931>. Acesso em: 13 fev 2026.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

Lei Complementar nº 101, 23-11-2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/101/lei-complementar-n-101-2009-modifica-o-plano-diretor-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-operacao-urbana-consorciada-da-regiao-do-porto-do-rio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 dez. 2026.

LETIERI, Rebeca. Porto Maravilha: o fracasso de um projeto bilionário que excluiu os menos favorecidos- Especialistas comentam os erros no investimento e na condução de uma das principais obras de Paes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/06/02/porto-maravilha-o-fracasso-de-um-projeto-bilionario-que-excluiu-os-menos-favorecidos.html>. Acesso em: 16 jan. 2026

MAGALHÃES, ALEXANDRE. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horiz. Antropol**, 19 (40), 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000200004>. Acesso em: fev. 2026

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2004. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/65>. Acesso em: 17 out. 2025.

MASCARENHAS, Gilmar. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 14, núm. 1, novembro-, 2014, pp. 52-65. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115437784005>. Acesso em: 06 dez. 2025.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 108, p. 49–56, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i108p49-56. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/118239>. Acesso em: 13 dez. 2025.

MATA, Daniel da; SAMPAIO, Joelson Oliveira; OLIVEIRA, Bruno Rodas. Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016: Impactos Econômicos. **FGV Conhecimento**, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/35839>. Acesso em: 13.dez. 2025.

MELO, Milena Paula; PACHECO, Wedson Felipe Cabral. MERCANTILIZAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ESPETACULARIZADOS. , [S.l.], n. 14, p. 202-231, ago. 2019. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/189>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MINASI, S. M.; TALASKA, Alcione , TRICÁRICO, Luciano Torres. Rugosidades: desvelamentos sobre urbanização turística e patrimônio edificado. PASOS. **Revista**

de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 19, n 1, p. 73-84. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2021.19.005>. Acesso em: 17 out. 2025

MONTEIRO, J. C. C. dos S. . Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2023. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202303. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7154>. Acesso em: 16 jan. 2026.

NELSON, Tara. **‘Porto Maravilha’, O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois**. Rio on Watch, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>. Acesso em: 16 jan. 2026

O'DONNELL, Julia; SAMPAIO, Lilian Amaral de; CAVALCANTI, Mariana. Entre futuros e ruínas: os caminhos da Barra Olímpica. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** Rio de Janeiro , Vol. 13 , no 1, 2020, pp. 119-146. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/27626>. Acesso em: 17 dez. 2025.

O MUSEU DAS REMOÇÕES. Museu das remoções, [s.d.]. Disponível em: <https://museudasremoco.es.com/sobre/o-museu-das-remoco.es/>. Acesso em: 07 jul. 2026 .

PACE, Tassiana Hille; HARDT, Leticia Peret Antunes. Megaeventos esportivos: reflexões sobre sustentabilidade e suas relações com o turismo. **Turismo e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2014. DOI: 10.5380/tes.v7i1.34895. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/34895>. Acesso em: 6 dez. 2025.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345>>. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.128345. Acesso em: 16 Jan. 2026.

PAIVA, R. A. Sobre a relação turismo e urbanização. **PosFAUUSP**, São Paulo, v. 20, n. 33, p. 126–145, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/80924>. Acesso em: 27 mai. 2025.

PALOMINO VALDÉS, N.; BARRERA-FERNÁNDEZ, D.; SÁNCHEZ BENÍTEZ, D. Juegos olímpicos: impactos espaciales y transformación urbanística en las ciudades anfitrionas. Sydney, Londres, Río de Janeiro y Tokyo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 6–34, 2024. DOI: 10.5216/ag.v18i2.77254. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/77254>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PARADEDA, Joana de Mattos. “Gentrificação No Brasil : Um Estudo Sobre O Conceito E Suas Especificidades Locais - O Projeto Porto Maravilha.” Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional - **PROPUR**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/283203> . Acesso em: 12 Jan. 2026.

PAULA, Ana; NOGUEIRA DE ARRUDA, Serpa. **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR** Maio de 2011 Rio de Janeiro -RJ -Brasil **REMOÇÃO DE FAVELAS E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE UM NOVO ESPAÇO PELA PERCEPÇÃO DE MORADORES REMOVIDOS** . Disponível em: <https://anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT6-911-498-20110105230310.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2026

PEREIRA, Leandro Saar; SANCHO-PIVOTO, Altair. Planejamento urbano, turismo e segregação socioespacial: O caso da Curva do LACET em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 22, n. 1, p. 141-161, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n1.p141-161>. Acesso em: 09 out. 2025.

PESAVENTO, S.J. História, memória e centralidade urbana. **Rev. Mosaico** – Revista de História, Goiânia, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun. 2008. DIPONÍVEL EM: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>. Acesso em: 23 Jun. 2026.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 461-486, nov. 2014. DOI: 10.1590/2236-9996.2014-3208. Acesso em: 08 dez. 2025

RIO DE JANEIRO (RJ). **Sistema Municipal de Administração Financeira (FINCON)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2025.

RIOONWATCH. Título da matéria: **Analisando os Pr mios e Reconhecimento Internacional da Cidade Olímpica**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=19553>. Acesso em: 6 dez. 2025.

RIOONWATCH. **De Barcelona 1992 ao Rio 2016: uma história de duas cidades olímpicas**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=21516>. Acesso em: 6 dez. 2025.

RIOS, D. A.; OLIVEIRA, M. A. S. A. O Lugar do Turismo nas Políticas Culturais: o caso do Boulevard Olímpico. **Mouseion**, n. 31, p. 59, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/mouseion.v0i31.5289>. Acesso em: 12 jan. 2026

ROCHA, Glauber. A economia dos Jogos Rio 2016: bastidores e primeiros impactos. IPEA, 2017

ROLNIK, Raquel. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 32–35, abr./jun. 2016. DOI: 10.21800/2317-66602016000200012. Acesso em: 12. Jan 2026.

ROSCOCHE, L. F. Turismo no meio urbano e a segreg  o socioespacial: revisitando problemáticas. **Turismo e Sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 4, 2013. DOI:

10.5380/tes.v6i4.33240.

Disponível

em:

<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/33240>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SABOYA, Renato. **O que é especulação imobiliária?** Urbanidades: Urbanismo, planejamento urbano e planos diretores, 21 set. 2008. Disponível em: <http://urbanidades.arg.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>. Acesso em: 1 out. 2025.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Regina; MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Alberto. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; CARDOSO, Adauto Lúcio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo. (Org.). Grandes projetos metropolitanos. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 1ª. ed. Rio de Janeiro: **Letra Capital**, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/146>. Acesso em: 15 mai. 2026

SANTOS Junior, O., Werneck, M. e Ramos Novaes, P. (2020). Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Revista de Urbanismo**, 42, 1-16. <https://doi.org/10.5354/0717-5051.2019.54265>. Acesso em: 10 dez. 2026

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Territórios, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Local: Rio de Janeiro. Lamparina, 2011. p. 13-21.

SANTOS, T. B. B; ELICHER, M. J. Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 654–675, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/79791>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M.; KUSHANO, E. S. O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. **Revista Hospitalidade**, [S. l.], n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/531>. Acesso em: 23 ago. 2025.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235602>

TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.

VASCONCELOS, R. O.; SILVA, C. H. R. Performance geoeconômica da produção do espaço urbano: pensando segregação socioespacial. **UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 5, n. 1, p. 42–55, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/268458.5.1-3>. Acesso em: 28 mai. 2025.

VILLANO, B.; TERRA, R. **Definindo a temática de legados de megaeventos esportivos**. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). Legados de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 103-105.

ZAAR, M. H. e FONSECA, M. A.P. Turismo y consumo del espacio urbano en Barcelona. Análisis de la relación residente-turista en el barrio de La Barceloneta. **Cuadernos de Turismo**, Barcelona, nº 44, p. 487-514, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.44.40500>. Acesso em: 23 mai. 2025